

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Gestão de recursos naturais requer técnicos qualificados

Texto de **Liége Vitorino**

Fotos de **Ozias Ngomane e de Arquivo**

Moçambique precisa de apostar no ciclo de educação e produtividade para que encontre no capital humano uma alavanca que impulse o crescimento a todos os níveis desde a formação vocacional até a especialização de modo a fazer face à descoberta de reservas substanciais de recursos naturais mercê do trabalho intenso de prospecção que neste momento está em curso.

Desde jazigos de carvão na província de Tete, às areias pesadas de Moma na Província de Nampula e Gaza, toneladas de pés cúbicos de gás, pedras preciosas nas províncias de

Nampula, Manica e grafite na província de Cabo Delgado, e demais minérios incluem o rol de recursos naturais que paulatinamente vão sendo despoletados em várias partes do país, requerendo a formação de quadros especializados na área de

conta que, na bacia de Moçambique, as descobertas foram feitas na década de 60, mas só em 2004 é que a produção iniciou. A base de reservas da bacia é de seis triliões de pés cúbicos. São em abundância os recursos naturais no território

Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize, na Província de Tete e a Universidade Eduardo Mondlane, na Cidade de Maputo, formava técnicos superiores na mesma área. Gradualmente, a Universidade Pedagógica embora não vocacionada a esta especialidade também introduziu este curso, que se vai espalhando um pouco por novos estabelecimentos que abrem as suas portas e vão oferecendo formação nesta matéria.

Sabe-se que, o Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize vai desenvolvendo cursos intensivos de curta duração para responder a demanda da falta de mão-de-obra qualificada, questão que é colocada por algumas empresas mineradoras dada a exploração dos jazigos na bacia carbonífera do Distrito de Moatize.

Importa recordar que, após a Independência de Moçambique, no âmbito das relações de cooperação existentes com alguns países do bloco leste da Europa e da América Latina, o Governo de Moçambique priorizou a formação de centenas de estudantes que beneficiaram de bolsas de estudo nas várias áreas incluindo a especialidade no curso de geologia e minas. Poucos deles continuam no activo nas várias frentes do actual mercado, quer no Estado, quer no privado, enquanto



Nelson Ocuané, PCA da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)

recursos minerais entre outras, para que possam responder a actual demanda, partilhando a experiência com “colossos” como é o caso de especialistas das distintas multinacionais que estão a operar no território nacional.

Informações disponíveis dão

nacional e o factor recursos humanos está aquém de corresponder às actuais exigências.

Em termos de escolas vocacionadas para a formação de técnicos na especialidade, até ao ano transacto as formações de técnicos da área de geologia e minas eram leccionados apenas no

Destaques nesta edição:

Estado: Busca-se eficácia	6
Mais-valias rendem 800 milhões de USD em 2013	10
Economia Moçambicana com desempenho positivo	12
Reflexão: alterações recentes ao CIRPS	19
Análise: Contratos de Pesquisa e Produção	20
Oficina Literária: José Saramago	23
Entre-Nós: Hassam Jusub	26



Editorial

A descoberta de recursos mineiros no País suscita a necessidade de formação de técnicos qualificados de forma a garantir mão-de-obra especializada, para responder com eficiência e eficácia a crescente demanda no mercado e em toda a cadeia de actividades mineira e petrolífera.

Em Moçambique, a formação de quadros para o sector geológico – mineiro é feita pelo Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), localizada na Cidade de Maputo, Instituto de Geologia e Minas de Moatize, na Província de Tete e recentemente o Instituto Superior Politécnico, na Cidade de Tete,

“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”

introduziu igualmente cursos de especialidade na área. Estas instituições dispõem de uma capacidade de resposta limitada face ao cenário actual. Dados disponíveis indicam o Departamento de Geologia da UEM tem apenas a capacidade de admitir 25 estudantes a cada ano lectivo e tem formado gradualmente uma média de 15 licenciados. Já o Instituto Superior Politécnico de Tete admite anualmente 40 estudantes e gradua cerca de 15. Finalmente, o Instituto Médio de Geologia e Minas de Moatize admite por ano aproximadamente 86 estudantes e gradua em média 22 técnicos; o que são cifras manifestamente baixas.

Perante estes desafios, o Execu-

tivo está a apostar imediatamente no exterior para suprir as necessidades de formação de técnicos médios e superiores do sector dos recursos minerais. Neste momento, mais de 300 moçambicanos estão a ser formados no estrangeiro em vários ramos de especialidade, nomeadamente geologia de petróleos, engenharia de petróleos, geociências, mineração e outras áreas afins, como por exemplo, auditoria às actividades mineira e petrolífera. Angola, país a quem nos unem profundos laços históricos, já possui experiência assinalável no assunto. Foi portanto com naturalidade que foi contactado para acolher estudantes moçambicanos num curso médio de geologia e

petróleos. Igualmente, Timor-Leste já manifestou sua disposição em auxiliar Moçambique a criar um Fundo Soberano de Riqueza, com base na sua própria experiência bem-sucedida, o que seria uma estratégia acertada para multiplicar os ganhos da exploração de recursos minerais para as gerações vindouras. Isto vai obrigar a uma especialização de muitos dos quadros actualmente existentes no sector financeiro e no fiscal. O objectivo é que a estratégia de formação de quadros para o sector dos recursos minerais atinja cerca de 4 mil técnicos moçambicanos, nas mais diversas especialidades, nos próximos anos, números que ainda assim, serão sempre insuficientes para suprir as necessidades, pois há que lembrar toda uma plêiade de fornecimento de bens e serviços que estes megaprojectos implicam, onde também, o



empresariado nacional deve usufruir, consequentemente todo sistema de Educação tem de antecipar já respostas para este cenário desafiante. Eis porque a qualidade dos nossos Recursos Humanos se converteu numa questão fundamental para o futuro do país.

Mas tudo isto nunca terá um efeito aglutinador se não for assente em base sólida. Nomeadamente, a materialização de reformas estruturais e institucionais que incutam a produtividade e eficiência no tecido empresarial nacional, mas particularmente nos órgãos do Estado, como reiterado pelo Chefe de Estado, Armando Guebuza, na 3ª Conferência Nacional sobre Boas Práticas na Função Pública, onde enfatizou a pertinência de se prosseguir com o processo de construção de um Aparelho de Estado eficiente, sempre orientado para resultados, e devotado ao cidadão, tendo em consideração o papel decisivo do funcionário e do agente do Estado em todas etapas, ou seja, parafraseando Peter Drucker, a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo. Não gostaríamos de finalizar sem endereçar os nossos reconhecimento à economista Berta Macamo, até então Directora desta publicação, que interrompeu voluntariamente e por inerência das novas funções, a colaboração que vinha prestando desde Abril de 2013. À renomada profissional, a redacção e os colaboradores do Mais-Valia formula votos de muitos êxitos na nova carreira profissional. **MV**

A Editora Executiva

Liége Vitorino

Gestão de Recursos Naturais requer Técnicos Qualificados (Cont.)

outros preparam-se para ir a reforma.

O Governo moçambicano dobra-se em esforços, e dados em nosso poder indicam, que mais de 300 estudantes moçambicanos beneficiaram de bolsas estando a ser formados na área de geologia, minas, engenharias e outras afins. No entanto, está previsto para breve, a deslocação ao estrangeiro de um grupo de técnicos seleccionados a nível das instituições com intuito de beneficiar de especializa-

em 1961 e só em 2004 é que a produção iniciou. A base de reservas da bacia atinge seis triliões de pés cúbicos.

Comentando a propósito do desenvolvimento da indústria extractiva, o geólogo Nelson Arnaldo Ocuane, que é o PCA da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), afirmou que, a formação é crucial para que os recursos naturais não sejam encarados como uma maldição, mas sim uma bênção para a população moçambicana.

to sustentável.

O geólogo Nelson Ocuane tenta serenar os ânimos, sublinhando que, a indústria de hidrocarbonetos por si só, quando os Estados usam como base para o seu desenvolvimento se torna numa maldição. Justifica que, apesar disso ter acontecido em alguns países africanos há experiências boas em outros países. Crê, no entanto, que se nós enveredarmos pela mesma via poderemos ter os recursos naturais como uma bênção e não como uma

volvimento do próprio projecto e aumento de parques industriais em estreita interacção com o Executivo nos níveis distrital e central.

Para ele, a única forma de tornar os recursos como uma bênção exige que todos os sectores que intervêm na economia do país participem de forma activa, pois, o sector agro – pecuário tem que se preparar hoje para poder absorver o negócio resultante dos trabalhos de exploração dos nossos jazigos de minerais e gás.

Conforme disse, é imperioso que o mercado esteja preparado para oferecer prestação de serviços, atendendo que numa primeira fase, vamos ter aproximadamente sete mil pessoas que vão precisar de ser alimentadas.

Frisou que, os números falam por si e é necessário que as áreas da apicultura, da pecuária e da pesca se preparem para oferecer serviços de qualidade. A área de turismo tem que se posicionar porque é uma oportunidade única para se interligar ao sector de prestação de serviços.

Observou que, não são todos os Estados que tem recursos naturais visto que uns desenvolvem usando a sua inteligência de forma integrada e os outros através da prestação de serviços. **“Nós temos uma oportunidade única para interligar o sector de prestação de serviços e o sector de extracção e exploração dos recursos minerais”**, anotou.

Esclareceu que, os últimos desenvolvimentos da indústria contemplam a integração do conteúdo local como um dos pressupostos da sua economia.

Moçambique na fase próspera

O geólogo Nelson Ocuane foi o convidado de honra para proferir uma palestra durante a realização do Conselho de Fiscalidade em Agosto do corrente ano cujo tema versou sobre os últimos desenvolvimentos da



Navio-plataforma *Belford Dolphin*, um dos esteios da ANADARKO na bacia do Rovuma

ção na área de auditoria a mega projectos.

Enquanto isso, internamente as instituições vão capacitando “ad hoc” os seus técnicos em matérias específicas no sentido de responder às solicitações que lhes são impostas no dia-a-dia. Entretanto, alguns especialistas na matéria contactados pela nossa Reportagem foram unânimes em afirmar que, é urgente que o país aposte na formação e capacitação dos seus técnicos para poder enfrentar as exigências do mercado.

Informações disponíveis indicam que, na bacia de Moçambique, as descobertas foram feitas

Serviços de qualidade precisam-se

De uns anos a esta parte, várias inquietações em torno da abundância dos recursos naturais no nosso país tem polarizado os debates quer nacionais e internacionais. Questionando dentre outras questões se estes não irão conduzir o país a um caos; como é que os ganhos sociais vão beneficiar os moçambicanos; como garantir que a sua produção tenha impactos positivos para as gerações vindouras; qual a alavanca que Moçambique dispõe para se manter no caminho de um desenvolvi-

maldição.

Ele desdramatiza a situação alegando que são questões que merecem debates infinitos até que se encontre o melhor modelo. **“Poderemos ter modelos de fora, mas o nosso país terá que criar o seu próprio modelo”**, sentenciou.

Afirmou que, é preciso encontrar soluções, e estas só vão acontecer quando Moçambique estiver com o desenvolvimento que merece cujo pressuposto passa necessariamente pelo envolvimento das comunidades que nesta fase é vital. Isso poderá ser feito através da criação de cooperativas, do desen-

Gestão de Recursos Naturais requer Técnicos Qualificados (Cont.)

indústria de hidrocarbonetos e os desafios dos próximos anos. Especificou que, a nível mundial se classificam as regiões em três fases, nomeadamente a livre, a próspera e a madura. **“Moçambique enquadra-se na fase próspera atendendo o período de produção estimado em dez anos e as descobertas dos jazigos que possui”,** ajuntou.

Referindo-se concretamente ao gás estimou que, o tempo de pesquisa e de produção é de 30 anos, sendo por isso escasso, pois, o nosso horizonte está acima dos 30 anos. **“O nosso papel é de criar equilíbrios necessários para que essa produção seja feita de forma racional e sustentável”,** disse.

Explicou que, os ciclos são de 30 anos e após este período o Estado pode claramente definir a estrutura societária dependendo da instalação da capacidade de operação.

Ocuane citou alguns exemplos de países cujas empresas passaram a ser operadoras depois de um determinado tempo obtendo os 50% da concessão de pesquisa e produção, destacando-se a Argélia, a Arábia Saudita e a República de Angola.

Tal, como disse, em Angola, a empresa nacional SONANGOL passou a deter as acções da TOTAL, SHELL e BP em termos de pesquisa e produção, acontecendo o mesmo com a Argélia que 40 anos depois a operação é feita por uma empresa nacional e a Arábia Saudita que 50% da participação é nacional e o remanescente são estrangeiros.

Manifestou a sua convicção de que o mesmo irá acontecer em Moçambique bastando para tal que todos estejam engajados na produção, e façam investimentos que acrescentem de facto real valor atendendo a viabilidade de cada área.

Regime fiscal é atractivo

Citando os resultados da análise de um estudo independente feito entre os vários regimes há

fortes evidências que Moçambique ocupa uma posição competitiva cujo regime fiscal é atractivo. O nível de investimento que tem sido feito é de capital, mas precisa de um investimento de desenvolvimento estrangeiro.

De acordo com o geólogo, o regime fiscal de cada país evolui em função de cada uma das fases e o Estado tem que decidir se pretende maximizar a receita ou os investimentos atendendo

receitas advém. **“Este é o modelo conceptual. Regra geral, a produção que vem para o Estado é sempre maior e depois proporcionalmente”,** disse.

Desafios da AT

Um dos desafios da Autoridade Tributária (AT) é ir buscar em toda a cadeia de recursos fiscais que não estão só baseados na produção.

atitude e regras de regulação estabelecidas aos instrumentos”, frisou.

Vincou que, em termos de fisco o país está saudável e as receitas apareceram depois de termos um quadro real que permite gerir os recursos identificados. **“Precisamos de aprimorar, mas isto tudo requer que todos estejamos comprometidos com esta transparência”,** sublinhou.



Nelson Ocuane fez-se presente no X Conselho de Fiscalidade da AT onde proferiu uma palestra

a necessidade de integração do conteúdo local como um dos factores dinamizadores da sua economia.

Na sua dissertação o orador falou da renda total do Estado para os projectos actuais que poderá situar-se entre 50 a 60% que provém do imposto sobre a produção “Royalties”. **“A partilha do lucro depende dos custos inclusos. Temos discutido a redução dos investimentos que tem de ser feitos com o menor custo possível, para trazer o máximo de valor para o Estado.**

Referiu que, a experiência nos mostra que na fase de pesquisa a única coisa que acontece são os investimentos sem retorno. Só depois dos 18 anos é que começa a produção e aí as

Conforme disse, a produção cria por si uma série de oportunidades para os diferentes sectores do país. Todavia, alerta que, é óbvio que essas oportunidades só poderão ser aproveitadas se existir uma gestão criteriosa, cautelosa e uma alocação de receitas de forma sustentável de forma a nos apoiar na base produtiva e no investimento de capital humano.

Torna-se imperioso olhar as receitas geradas como uma alavanca para impulsionar o desenvolvimento do país. **“Vamos olhar para o desafio dos hidrocarbonetos como de todos nós, para que o país tire o melhor benefício. E, para que isto aconteça isso exige de todos nós transparência na gestão, o que significa uma**

Viabilizar a indústria de gás

O gás de Moçambique só poderá ser competitivo se as condições assim o permitirem. Análises confirmadas por investigadores internacionais mostram que a qualidade de reservatório é muito boa o que poderá otimizar a produção e conter custos.

O geólogo Nelson Ocuane, estimou em 2.4 triliões de pés cúbicos quando o projecto iniciou e hoje já existem recursos calculados em 6.5 triliões de pés cúbicos.

“Com 175 triliões de pés cúbicos muito pode ser feito”, observou. Compulsando os dados, informou que, o investimento inicial foi de 1.2 milhões de dólares americanos, mas

Gestão de Recursos Naturais requer Técnicos Qualificados (Concl.)

com as expansões que aconteceram até ao ano de 2012, chegou-se a um investimento de 2.6 biliões de dólares americanos, o que permite instalar hoje uma capacidade de cerca de 183 milhões de dólares americanos de giga juros.

Moçambique possui uma boa localização estratégica, está a metade do percurso dos grandes mercados asiático, europeu e de alguma forma comparativa para o mercado americano. Outro grande factor que tende a nosso favor, segundo o geólogo, é o grande cometimento dos investidores em avançar com o projecto e do Governo moçambicano.

Equacionou a possibilidade da existência de um projecto âncora de liquefacção do gás natural, na bacia do Rovuma, mas para poder tê-lo há uma série de constrangimentos logísticos que devem ser resolvidos.

Deu a conhecer que, no que concerne ao Distrito de Palma a empresa ENH constituiu uma sociedade com o consórcio ANADARKO, para fazer a gestão de uma área de cerca de sete mil hectares onde será desenvolvido o projecto da LNG, contando-se com participações profissionais em 33,33% cada um.

Informações avançadas por Ocuane indicam que, só na fase de pesquisa foram injectados até Agosto do corrente ano um valor orçado em 3.5 biliões de dólares americanos. Para o desenvolvimento de outros projectos como por exemplo LNG vão ser necessários cerca de 20 biliões de dólares numa primeira fase.

Estrategicamente, a ENH está a trabalhar com a empresa Caminhos-de-ferro para o desenvolvimento de uma base logística regional e centralizada na Cidade de Pemba, com o apoio no Distrito de Palma, que vai permitir a maximização do conteúdo local.

“Temos de pensar no desenvolvimento de um casting industrial, em projectos de geração de energia eléctrica e

gasodutos para transformar esse gás natural dentro do país”, disse.

Estatisticamente, a ser implementado esse projecto de gás natural, extraído a partir da bacia do Rovuma inicialmente calcula-se que serão feitos investimentos na ordem de 10 milhões de toneladas/ano podendo atingir até 50 milhões de toneladas/ano, o que vai gerar cerca de 70 mil empregos dos quais 20 mil serão na fase de construção.

“Teremos um período de operação em que serão empregues mil trabalhadores e os serviços do Estado poderão contabilizar em 50 mil empregos para os moçambicanos”, assegurou.

Mencionou que, há uma série de serviços que devem ser prestados que incluem várias acções como o transporte através de navios de cabotagem, catering, transporte de pessoal e segurança em articulação com o empresariado nacional que vão contemplar as fases de construção e de operação.

A mega operação vai permitir de alguma forma a minimização do impacto ambiental e de igual modo a obtenção de economias de escala e sinergias entre os vários sectores de actividade no país. **“Com este desenvolvimento o portfólio cresce”,** sublinhou.

Paralelamente, apontou o projecto de adição de valor que inclui fertilizantes, a produção de metanol, de combustíveis sintéticos, para além de outros serviços que poderão advir com aquele projecto que trará impacto para a economia nacional.

Reconheceu que, dos investimentos que são feitos cerca de 20 a 25% se referem aos custos relacionados com a logística, sendo os custos recuperáveis.

Mercado nacional e internacional

Transcorridos dez anos de experiência na produção de gás natural, já são notórios os sinais

da magnitude do impacto positivo do projecto. O exemplo vem de Panda – Temane sendo o primeiro projecto de exportação que existe de gás natural em Moçambique, e é considerado como um empreendimento de bandeira hoje na África Sub-Sahariana.

Nos Distritos de Vilankulo, Inhassoro e Nova Mambone, na Província de Inhambane, um total de 620 casas já consomem gás natural, o que perfaz um universo de 2.480 membros de agregados familiares que passarão a beneficiar deste recurso.

Apuramos que, as infra-estruturas instaladas neste momento são de cerca de 300 quilómetros entre estes Distritos. Em 2014, estão previstas 400 novas ligações.

Calcula-se em meio milhão de dólares americanos o investimento de canalização de gás natural que está a ser levado a cabo na Cidade de Maputo. Com este investimento foi possível construir um gasoduto que sai de Ressano Garcia até ao Parque Industrial da Matola através da empresa MGC.

O Distrito de Marracuene a breve trecho vai ter acesso ao gás natural cujos trabalhos da construção do gasoduto de Maputo até ao local estão em curso. **“Este projecto iniciou em Abril deste ano e esperamos concluir até Março de 2014. São exemplos vivos do que foi feito com 3.5 milhões de pés cúbicos”,** disse.

De acordo com Nelson Ocuane, o portfólio de negócios que a ENH possui neste momento é estimada em 3.5 triliões de pés cúbicos desde a pesquisa até à distribuição.

E, não só: hoje há veículos que já usam gás natural; vários projectos de geração de energia. Neste momento, a geração de energia utilizando gás natural perfaz cerca de 100 MW com uma possibilidade de crescimento de 400 MW até 2015. A capacidade instalada de Cahora Bassa está na ordem de 2500 MW.

Nota-se também alguma produ-

ção em pequena escala de gás natural que poderá crescer nos próximos anos. Há comparações que são feitas entre o uso de gás de botija em relação ao gás natural canalizado e que traduzem poupanças em cerca de 40% por utilizador incluindo o geogás e também permite que não haja abate de árvores.

É de salientar que, na esteira do uso de gás como uma alternativa ao combustível, há alguns autocarros a circular movidos a gás, desde frotas de autocarros de passageiros, passando por viaturas ligeiras.

Cronologia

Em 2010, uma nova página abriu-se ao mundo com as primeiras descobertas substanciais de gás natural em Moçambique. Em ordem de grandeza, a primeira descoberta que foi feita iniciou-se com dez triliões de pés cúbicos. O projecto de Panda iniciou com 2.4 triliões de pés cúbicos. Os trabalhos prosseguiram em 2011, com 150 triliões de pés cúbicos. Hoje, estamos próximos de 200 triliões de pés cúbicos.

O PCA da ENH diz que isso leva a grandes discussões a nível mundial uma vez que Moçambique deixou de fazer parte do contexto regional inserindo-se no contexto mundial. Das discussões que são tidas giram em torno de questionamentos sobre o manancial de reservas o que poderá ser feito tendo em conta que os EUA estão a decidir produzir gás xisto. **“Olhando para os projectos que estão na Austrália em algum momento poderão entrar para o mercado. Os projectos que estão a ser desenvolvidos pela vizinha Tanzânia, por sinal é concorrente, como é que Moçambique vai viabilizar a produção desse gás natural, tendo em conta esses desafios todos?”**, indagou. MV

www.at.gov.mz

Estado deve ser eficaz

- destaca PR

Texto de **Liége Vitorino**
Fotos de **Ozias Ngomane**



PR discursando na 3ª Conferência Nacional sobre Boas Práticas na Administração Pública

O Presidente da República, Armando Guebuza, destacou a pertinência de se prosseguir com o processo de construção de um Aparelho de Estado eficiente, sempre orientado para resultados, e devotado ao cidadão, tendo em consideração o papel decisivo do funcionário e do agente do Estado em todas as etapas.

Este pronunciamento foi feito durante a 3ª Conferência Nacional sobre Boas Práticas na Administração Pública, realizada no dia 3 de Outubro último, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo, que este ano decorreu sob o lema, Sistema Nacional da Administração Pública: Sedimentando a cultura do bem servir.

Segundo Guebuza, o lema escolhido para a conferência sintetiza os grandes desafios que ainda persistem na Administração Pública. Na cerimónia orientada pela Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, tomaram parte funcionários e agentes do Estado de todo o território

nacional, destacando-se os melhores quadros seleccionados a nível das várias instituições. Também assistiram a cerimónia membros do Governo, da sociedade civil, parceiros e alguns convidados.

O PR endereçou uma saudação especial, em reconhecimento do papel e contribuição para as realizações que, em diferentes sectores de actividade, contribuem para introduzir mais melhorias na qualidade de vida do cidadão.

Saudou o Ministério da Função Pública pela organização do encontro, o terceiro do género, que considerou ser uma importante plataforma de diálogo, de troca de experiências sobre aquilo que de melhor se faz no nosso sector público, exemplos por emular e a replicar.

Reconheceu que, estes encontros contam com uma rica diversidade de sensibilidades, saberes e experiências demonstram o conhecimento e a determinação do nosso sector público em continuar a aprofundar as reformas, tenso em vista o

alcance de um sistema de administração pública, cada vez mais centrado no cidadão e comprometido com a excelência, a meritocracia, a cultura de trabalho, a produtividade e a prestação de contas.

Sublinhou que se registam avanços significativos na colocação do sector público como importante interveniente e dinamizador da luta contra a pobreza.

Referiu que, as mudanças operadas no contexto das reformas em curso sobretudo no que se refere, por exemplo, aos modelos de gestão dos recursos humanos e patrimoniais do Estado, uma gestão assente em objectivos transparentes e coerentemente definidos para todos os níveis são contributos decisivos, para que, a nossa Administração Pública, esteja hoje, muito melhor preparada para satisfazer, com maior eficácia e sustentabilidade as necessidades dos cidadãos.

“Primamos pelo crescente e constante fortalecimento da nossa Administração Pública

e pela crescente formação dos servidores públicos, uma formação impregnada de valores nobres”, frisou.

Observou que, volvidos mais de dez anos de reformas, os funcionários do Estado assumem-se, cada vez mais, como agentes fundamentais do processo de edificação de um Estado forte e moderno, identificando, denunciando e isolando os que insistem com práticas negativas, eles vão se apropriando e aplicando os princípios e as práticas que norteiam as transformações que protagonizamos na nossa administração pública, com uma postura e actuação que transmitem valores assentes na ética e deontologia profissionais.

Trata-se de uma postura que coloca o cidadão no epicentro das suas atenções e acções. **“A redução significativa do espaço da impunidade no Estado também encoraja os melhores a auto-superarem-se”,** sublinhou.

“Esta cerimónia de hoje tem o condão de consagrar as realizações desses servidores públicos, homens e mulheres catalizadores do processo de edificação de um sistema de administração pública mais dinâmico e flexível na sua missão de servir de placa giratória da Agenda Nacional de luta contra a pobreza”, afirmou.

Descreveu que, hoje a nossa Administração Pública se orgulha por acolher a iniciativa, a criatividade e a inovação como seus métodos de trabalho; por consolidar a gestão criteriosa e com parcimónia dos recursos colocados à sua disposição; por abraçar as reformas em curso como oportunidades de crescimento dos seus funcionários e da Nação como um todo; orgulha-se por reconhecer, acarinhar e celebrar as boas práticas e por se estar a consolidar, de forma cada vez mais crescente, a consciência de bem servir o cidadão, fazendo-se merecedora

Estado deve ser eficaz (Concl.)

da simpatia dos seus utentes.

Boas práticas inspiram

Entretanto, o PR teve oportunidade de visitar a mini – feira de obras e produtos expostos produzidos pelos funcionários e agentes do Estado oriundos das várias partes do país. Desde obras de literatura e institucionais, doces caseiros, bordados, artigos decorativos, os promotores da exposição

levaram o melhor de si para o conhecimento público, transformando-se o momento numa oportunidade ímpar para a partilha de experiências. Referindo-se a tal prática, Guebuza disse esperar que tais boas práticas sirvam de exemplo de reflexão e de inspiração para que cada funcionário ou agente do Estado, instituição ou sector, crie novas formas de ser, de estar, e de realizar a sua missão, informado e enformado pela

Lei.

“É nossa expectativa de que com base no que foi aqui exposto sintam-se mais galvanizados para aplicar e replicar essas experiências. Temos que ter sempre presente que a maior motivação do servidor público deriva da satisfação que a sua prestação gera nos primeiros e últimos beneficiários da sua acção, os cidadãos”, acrescentou.

Instou a todos os funcionários e

agentes do Estado a cultivar continuamente o espírito de servidor público e a compenetrar-se de que a razão de ser e de estar no Aparelho do Estado tem em vista facilitar a vida do cidadão, orientando-o e respondendo, atempadamente às suas reclamações, queixas e petições.

Na sua alocução aos funcionários, o PR deixou uma mensagem transversal e facilitadora das nossas acções: a paz em

Moçambique que é um dos grandes alicerces para os resultados que estamos a registar no sector público. “Só com a paz vamos continuar a acelerar mais ainda o passo, no aprofundamento das reformas, na cristalização do primado da Lei e na centralidade da Constituição nas nossas vidas e na vida da nação moçambicana. **MV**



PR acompanhado da Ministra da Função Pública visita, à margem da 3ª Conferência, o stand da AT



A valorização dos recursos humanos como factor decisivo na tributação de recursos naturais em prol do desenvolvimento económico

AT e ANADARKO rubricam Memorando de Entendimento

Texto de **Liége Vitorino**
Fotos de **Ivan Genuce**

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) representada pelo Presidente Rosário Fernandes, e a ANADARKO Moçambique Área 1 LDA, através do seu Administrador, Roberts Rivers, celebraram a 9 de Outubro, um Memorando de Entendimento numa cerimónia que teve lugar na Sala do Conselho Superior Tributário, na Cidade de Maputo.

O acto contou com a presença da Presidente da Bolsa de Valores de Moçambique, Anabela Chuquela, de representantes dos Ministérios das Finanças, dos Recursos Minerais, de Directores Gerais, de Directores Gerais Adjuntos, de quadros e técnicos da AT.

Refira-se que, a consórcio ANADARKO é uma empresa americana, que se dedica a pesquisa de gás na bacia do Rovuma.

Na ocasião, o Director Geral Adjunto para a Área dos Mega Projectos, Moisés Marrime, destacou alguns dos aspectos importantes do texto do Memorando de Entendimento ora celebrado.

Na carta datada de 9 de Outubro a ANADARKO Área 1 forneceu o contrato de concessão de pesquisa e produção de gás na Bacia do Rovuma, com a data de 24 de Agosto de 2013, onde descreve a transacção a favor da empresa indiana VIDESH, LDA cuja redacção vem contida no comunicado endereçado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, igualmente publicado na presente edição.

ANADARKO cometida com a Pesquisa de Gás

Entretanto, usando da palavra, o Administrador da ANADARKO agradeceu a participação de

todos, em especial do Presidente da AT e do Director Geral Adjunto para a Área dos Mega Projectos e da sua equipa pela participação no trabalho profundo, que conforme referiu, foi pesado mas justo.

Resumiu que, o evento se circunscreve no início de um trabalho que se vai desenvolver na agenda das relações de parceria. Roberts Rivers informou ao Presidente Fernandes que o PCA e Administrador Executivo da ANADARKO lamentou o facto de não ter participado na

dão honorários, prontos para trabalhar para o desenvolvimento do nosso país.

“Temos de estar juntos. Sentimo-nos orgulhosos de estar aqui a trabalhar convosco,” sublinhou.

Reafirmou o seu regozijo em estar em Moçambique, tendo dito que os seus correligionários estão impressionados com o profissionalismo e a perfeição com que a actividade tem sido executada.

Observou, no entanto, que os projectos da ANADARKO



reunião, mas que na primeira oportunidade virá a Moçambique para cumprimentar e conhecer pessoalmente o timoneiro da AT.

“O nosso PCA ficou impressionado pelo relatório que eu lhe mandei falando do profissionalismo e nível de cooperação existente entre as duas instituições aqui em Moçambique. Ele está ansioso em conhecê-lo”, esclareceu.

Manifestou-se optimista com os resultados das operações levando a cabo pela ANADARKO na Área 1 da bacia do Rovuma, em Moçambique, tendo acrescentado que, a consórcio americana tem sido uma espécie de activo e que os membros da sua equipa sentem-se também cida-

foram realizados respeitando todos aspectos incluindo a componente ambiental. **“Estamos convencidos que logo que o nosso projecto começar a andar como deve ser mais lucros e mais ganhos virão para o país”.**

Profissionalismo das Equipas

Por seu turno, o timoneiro da AT saudou a todos os presentes, reconhecendo o esforço da presença da missão americana em participar na reunião da AT. De igual modo, agradeceu a todas equipas e o profissionalismo da contraparte que em tempo útil, decorrente do processo que poderia ter sido mais longo, mas que foi o mais racional

possível, ter encontrado consensos, e vasculhado todos elementos jurídicos necessários, para dar suporte jurídico-legal, técnico e também de oportunidade de negócio pois, é necessário analisar todos aspectos colaterais para se chegar à conclusão qual é o melhor formato para assuntos do género.

Didacticamente, mencionou os passos dados, desde a apreciação do contrato de concessão, a legislação em vigor aplicável, a temporalidade da aplicação da lei, o que a lei diz, quais são os limites temporais que a lei fixa, para se fazer o respectivo pagamento.

Enfatizou que, numa acção sinérgica de ambas partes, 2014 foi considerado o ano apropriado sob ponto de vista legal, no aspecto jurídico com todas as condicionantes que a lei oferece, para poder apurar as datas e os cálculos que foram efectuados e os requisitos de cálculo que também tiveram de ser tomados em conta, para fazer-se o apuramento da informação prestada.

“Queríamos também estender para além desse reconhecimento a ANADARKO, à VIDESH LDA, que é a entidade adquirente também expectante que com o protagonismo da empresa na aquisição de parte essencial se engrandeca o mérito da exploração do gás natural na bacia do Rovuma”, sublinhou.

P-AT antevê bons resultados

O Presidente Fernandes calculou que, a operação do imposto para esta transacção ronda em um pouco mais de 520 milhões de dólares, sendo apenas um aspecto pontual, que circunstancia o facto de ter ocorrido numa só operação.

Todavia, equacionou a hipótese de a médio ou a longo prazo o país poder lograr melhores resultados. Agradeceu o facto da ANADARKO ter dito que veio para ficar. **“Essa expecta-**

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

AT e ANADARKO Moçambique rubricam Memorando de Entendimento (Concl.)

tiva de médio e longo prazo faz-nos também sonhar não com milhões de dólares de incidência fiscal, mas de biliões de dólares que pode resultar da grande quantidade de gás liquefeito, que vai naturalmente fluir no mercado e dar indicativos de redimensionamento da nossa base colectável, porque o nosso PIB vai crescer também de maneira exponencial, o que dará um sentido mais elástico da matéria colectável. Essa leitura que nós temos hoje indicativa da cobrança desse imposto por essa transacção poderá ser reconhecida através de uma fiscalidade maior a médio e a longo prazo”, observou.

Fernandes, vaticinou o futuro e disse: “ Nós queremos que a médio e a longo prazo numa fase de desenvolvimento, o país beneficie da fiscalidade em geral em relação a todas as empresas que estão envolvidas em hidrocarbonetos, as minadoras, as várias empresas que estão empenhadas na exploração de recursos naturais. O país tem essa expectativa no futuro”.

Precisou que, há países que tiveram avanços significativos, uns mais, outros menos, por causa dos fenómenos negativos que seria de bom-tom que não ocorressem no país estando em curso diligências no sentido de se acautelar para que isso não suceda. “Naturalmente, estamos a diagnosticar para minimizar o impacto para que o país não seja afectado por tais adversidades que por sinal tem efeito desacelerador, ao

invés de se pensar numa base colectável em crescendo para haver recuperação. Isso aconteceu na Nigéria, no Gabão, na Serra Leoa. Pode ter acon-

queremos ter ciclos sempre de crescimento rápido, isto com a comparticipação directa das empresas que estão envolvidas sobretudo as de renome

mir os nossos compromissos para que nos anos seguintes haja também aceleração nos trabalhos de prospecção e pesquisa”, recomendou.

Rosário Fernandes, almeja que, a ANADARKO tenha mais sucessos nas perfurações, ao invés de 4 multiplique para 20, 50 ou mais de perfurações e que a área não se limite à bacia do Rovuma porque há outros lugares potenciados no país, com ocorrências semelhantes, para permitir que a partir daquele local haja um olho mais amplo até para a África Austral e possam pesquisar outras potencialidades que existem. “A bacia do Rovuma é apenas um pé que se coloca para que essa marcha seja mais longa. Portanto, vamos estar ainda mais juntos por muitos e longos anos. Temos dito que todos juntos fazemos Moçambique e fazemos com a ANADARKO”, salientou.

Como tem sido apanágio da instituição, ao terminar, o Presidente Fernandes ofereceu algumas lembranças ao representante da ANADARKO e a Presidente da Bolsa de Valores, nomeadamente publicações da AT e a maqueta da futura escola superior que está a ser erguida no Distrito da Moamba,

na Província de Maputo, que conforme aludiu, vai leccionar conteúdos em matérias fiscais aplicadas em recursos naturais. MV



AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Comunicado N.º 5

1. Na sequência da alienação de 10% do interesse participativo detido pela Anadarko Moçambique Área 1, Lda, no Bloco Offshore da Bacia do Rovuma, a favor da ONGC Videsh Ltd (“OVL”), foram concluídas todas as diligências com fundamento no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRPC), aprovado pela Lei nº. 34/2007, de 31 de Dezembro, e demais legislação em vigor aplicável.
2. Os resultados das diligências efectuadas como os inerentes à conclusão da operação de recitação fiscal serão objecto de comunicação pública em tempo útil.
3. Por imperativos da legislação em vigor, aplicável, a conclusão da transacção, e a subsequente recitação fiscal, terão lugar, impreterivelmente, no primeiro semestre do ano de 2014.
4. A Autoridade Tributária de Moçambique manterá, sempre, o compromisso firme de prosseguir as acções de cumprimento dos imperativos do Direito Tributário Moçambicano relativamente às transacções envolvendo ganhos de capital, em estreita parceria com todas as entidades relevantes.

Todos Juntos Fazemos Moçambique

Maputo, 5 de Novembro de 2013

O Director

tecido também em Angola em algum momento, que houve uma quebra do crescimento do PIB em relação a 2009/2010”, anotou.

Caracterizou os ciclos de produção, em altos e baixos. “Nós

internacional como é o caso da ANADARKO. Sonhamos alto através da leitura dessa circunstância do acordo que aqui firmamos. Com a mesma seriedade com que fizemos o trabalho até aqui vamos assu-

Mais-Valias rendem 800 milhões de USD em 2013



A Autoridade Tributária de Moçambique arrecadou nas três operações com a tributação das mais valias em mega projectos em 2013, cerca de 799.887.222.96 de USD, o que ao câmbio de 30 Mts/USD, corresponde a 23.996.616.660,00 Mts, o equivalente a 2 meses e 15 dias da receita mensal regular cobrada pela AT. Convidada pelo “Mais-Valia” a explicar os aspectos técnicos da

operação, uma fonte autorizada da “Task Force” da AT para os Megas Projectos esclareceu que, por definição, e de acordo com o artigo 37º do CIRPC aprovado pela Lei nº 34/2007 de 31 de Dezembro, “consideram-se mais-valias ou menos valias realizadas os ganhos obtidos ou as perdas sofridas relativamente a elementos do activo imobilizado mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere, e, bem assim, os derivados de sinistros ou os resultantes da afectação permanente daqueles elementos a fins alheios à actividade exercida”, assinalou.

A mesma fonte lembrou ainda que o mesmo instrumento legal estabelece que, “as mais-valias e as menos valias são dadas pela diferença entre o valor da realização líquidos dos encargos que lhe sejam inerentes e o valor de aquisição deduzidos das reintegrações ou amortizações praticadas”, destacou. Ora, de acordo com o nosso interlocutor, sendo a taxa geral do IRPC de 32% nos termos do artigo 61º, do mesmo dispositivo legal e decorrente da cessão de interesses participativos envolvendo as operações da Cove, Videocom e a ENI e nos termos dos Artigos 37º e 38º do CIRPC e artigos 29º 40º e 47º do CIRPS, foram apurados, nos termos de enquadramento fiscal, e tributados em finais de 2012, 175.800.236,00 USD referente a operação Cove. Por seu turno, de Janeiro a Setem-

Texto da Redacção do Mais-Valia

bro do corrente ano, com base nos mesmos dispositivos legais, foram ainda tributados a Videocom e a ENI em 224.086.986.96 USD e 400.000.000.00 USD respectivamente, detalhou.

Por outro lado, sob a forma de Investimento directo, a ENI concedeu a custo e risco zero, 130.000.000,00 USD aplicáveis na construção de raiz de uma central eléctrica de 75 MW, em Palma, distrito de Mocimboa da Praia, Província de Cabo Delgado, cuja propriedade será totalmente assumida pelo Estado Moçambicano, concluiu.

Assinale-se que, nas transacções destes interesses participativos que envolvem ganhos de capital, as mais-valias representam receitas extraordinárias do Estado que podem contribuir para a redução da dependência externa do País. **MV**

Namaacha

TIRONA simplifica o desembarço de viaturas

- Em visita de trabalho ao local, Berta Macamo, Delegada cessante da AT na Província de Maputo, apelou aos colegas para trabalharem com afinco e legalidade

Texto de William Chiquele

O Terminal Rodoviário da Namaacha (TIRONA), a funcionar a 1 mês no distrito da Namaacha, está a facilitar o desembarço de viaturas importados da e/ou via da República da África do Sul e do Reino da Suazilândia.

As viaturas importadas e/ou via África do Sul e Suazilândia passaram, desde o dia 23 de Setembro findo, a usar a fronteira da Namaacha como ponto de desembarço aduaneiro. Esta medida enquadra-se nas reformas em curso, com vista a facilitação de procedimentos e do comércio no geral, que passa pela redução do tempo de desembarço.

Recorde-se que até há bem pouco tempo apenas a partir daqueles pontos – incluindo a fronteira de Goba – somente se obtinha Memorandos, um documento de transporte de mercadoria, cujo desembarço era

feito nos terminais rodoviários existentes no país, maioritariamente os de Maputo-Província e Maputo-Cidade, daí as designações nas chapas de matrículas “MP” e “MC”, respectivamente.

Aritmeticamente, dados mostram que já deram entrada no TIRONA cerca de 1474 viaturas, entre ligeiros e pesados, das quais 920 foram desembarçadas, 510 ainda aguardam pelo desembarço e apenas 44 encontram-se em situação de demoradas, devendo serem enviadas para o Armazém de Leilões para venda em asta pública, caso não sejam regularizadas.

Na sua visita de trabalho a TIRONA, a Delegada cessante da Província de Maputo, Berta Macamo, apelou aos chefes do terminal para maior engajamento neste processo e diálogo constante com os despachantes

aduanheiros, gestores do terminal e todos os agentes envolvidos no desembarço, alegando que só assim é que os objectivos serão efectivamente alcançados.

De salientar que com a introdução desta facilidade, a fuga ao fisco de viaturas irá reduzir drasticamente e por conseguinte irá aumentar a arrecadação de receitas para os cofres do Estado. Não raras vezes, ocorreram notícias de que viaturas entradas pelas fronteiras de Goba e Namaacha, não se apresentavam aos terminais rodoviários retro mencionados para o pagamento das imposições aduaneiras, optando pela falsificação de documentos. Era um esquema em que alguns concidadãos incautos facilmente caíam nas mãos de burlões que se faziam passar por despachantes aduaneiros oficiais mas que na verdade eram delinquentes fiscais.

Vários casos destes foram detectados pelas autoridades aduaneiras e encaminhados ao tribunal aduaneiro para julgamento.

O distrito de Namaacha começa a ganhar vida, como na década 90, porque albergava uma das fronteiras com maior movimento do país, que aos poucos foi reduzindo o seu tráfego devido a situação em que se encontra o Reino da Suazilândia. É possível ver novamente algumas infra-estruturas a serem erguidas, não somente para escritórios mas também para habitação. O comércio, esse por si só, vai abrindo o seu caminho, e trará emprego e melhorias na vida população. **MV**

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

AT sela parcerias em Inhambane

Colaboração de *Amido Abdala**

Com o fundamento de que só uma população devidamente informada e consciencializada pode, voluntariamente, aderir ao pagamento do imposto, a Autoridade tributária realizou dois encontros com o Sector do turismo e com os contabilistas da província de Inhambane.

O evento permitiu auscultar o nível de preocupações dos operadores do sector turístico, bem como fortalecer a aproximação entre o sector privado e a Administração tributária.

Foi também uma ocasião ímpar para selar a parceria entre os contabilistas e a delegação provincial de auditoria e fiscalização tributária, para, em conjunto, buscar consensos e definir melhores estratégias, para canalização de informação que confirmem factos patrimoniais ocorridos. Na ocasião, recordou-se aos contabilistas o papel de verdadeiros guardiões dos interesses do Estado na arrecadação da receita fiscais junto das empresas para as quais foram licenciados.

Em dois seminários realizados em Setembro e Outubro do corrente, respectivamente em Inhambane e Inhassoro, contou com a presença maioritária de proprietários e gestores das estâncias turísticas e outros convidados além da CTA-CEPI.

Foi questão de fundo, a disseminação de matérias sobre obrigações fiscais para operadores do Sector de Hotelaria e Turismo com maior incidência para as obrigações e direitos dos sujeitos passivos. Tendo na circunstância sido esclarecidos aos presentes dos procedimentos fiscais relevantes, em sede dos principais impostos. (IVA, IRPC e IRPC).

Na sua intervenção, a Delegação Provincial da AT em Inhambane informou aos presentes que aqueles tipos de encontros deveriam ser de carácter permanente e informou igualmente da disponibilidade e comprometimento da AT em prestar, a todos os sujeitos pas-

sivos, o apoio necessário que tem em vista o cumprimento das suas obrigações fiscais de uma forma justa.

O presidente do CTA – CEPI, retribuindo, agradeceu a iniciativa, e apelou à criação de uma cultura de encontros daquela natureza com vista manter-se um clima comunicacional ameno entre a administração tributária e os agentes económicos. Estes encontros com os contabilistas vêm a propósito de uma das preocupações apresentadas pela classe empresarial, nomeadamente, a existência de contabilistas desonestos que não observam com os preceitos legais, chegando mesmo a não

preparar uma apresentação na qual se fizeram referências Lei, esclarecendo pontualmente a dúvidas levantadas.

A terminar, o Delegação Provincial agradeceu a presença dos profissionais de contabilidade, tendo a estes lhes recordado que os encontros entre a AT e contabilistas devem ser diários e de uma forma contínua, além dos encontros previamente programados trimestralmente para o balanço das actuações de ambas as partes.

Presente e Perspectivas para Inhambane

Para 2013, a Delegação Provin-

do exercício económico.

Igualmente em Imposto Simplificado para Pequenos contribuintes (ISPC) foram registadas na província um total de 1.495 novos contribuintes de uma meta de 4.780 o que representa um grau de realização de 31.28%, facto que coloca a AT a ter que redobrar esforços com vista ao alcance das metas nos meses em falta para o fim do exercício. Durante o mesmo período os contribuintes registados neste imposto contribuíram para os cofres do Estado o equivalente a 99,79%, em 9 meses, equivalendo dizer que de uma meta 6.732,81 entrou em ISPC para os cofres do Estado 6.718,87.

Constituem ainda desafios para o período em falta a massificação dos impostos em quase todos os distritos, em feiras e mercados com vista a sensibilizar a população no cumprimento da sua obrigação fiscal. A formação de disseminadores é outro ponto nevrálgico que a AT tem contando para o efeito com todas as organizações da sociedade incluindo os órgãos de informação para a propagação da informação sobre a importância no pagamento do imposto.

Constituem igualmente desafios para o incremento da receita e registos fiscais, a realização de encontros com os agentes económicos de todos os seguimentos com vista a disseminação da matéria fiscal e aduaneira.

Porque o final 3º Trimestre constitui normalmente um período de pico do turismo em Moçambique, a delegação provincial conta uma maior contribuição deste sector, contrastando com o ocorrido na restante parte do ano, o que se explica com a sazonalidade desta actividade económica. **MV**

** Delegado Provincial cessante da AT na província de Inhambane*



Instantâneo do encontro com os operadores do sector do Turismo

encaminhar os valores de impostos aos cofres do Estado. Concomitantemente, foram ainda focalizadas preocupações como as de entrega de declarações periódicas sem operações e que passado pouco tempo se solicita a sua troca, cheques de empresas de contabilidade que servem para efectuar pagamento de impostos de mais de 3 empresas, declaração de créditos sistemáticos declaração com sem operações, como estratégia de sonegação de imposto, contabilistas que recebem valores e que não canalizam aos cofres do estado.

Por estas e outras razões, a delegação provincial da AT

estabeleceu como meta para arrecadar para os cofres do Estado 650.977,36 Mts, tendo até ao final dos 9 meses, portanto ate Setembro, arrecadado um total de 453.016,88 Mts o que corresponde a um grau de realização de 70% em relação ao ano.

No que tange a cadastro fiscal, a província tem como meta anual o registar 19.567, entre singulares e colectivos, tendo de Janeiro a Setembro registado um total de 27.429, sendo destes 27.230 singulares e 199 colectivos, com este registo a província atingiu um grau de realização de 140,18%, quando faltam ainda 3 meses para o fim

VII CEPI: Economia Moçambicana com desempenho positivo

Texto da Redacção do Mais-Valia

Na sua sétima edição, foi apresentado em Outubro do corrente, o documento “Conjunturas Económicas e Perspectivas de Inflação” - CEPI que reporta que o desempenho da economia moçambicana foi positivo no segundo trimestre de 2013, mercê da dinâmica cada vez crescente dos sectores de indústria extractiva, transportes e comunicações, construção, bem como, da rápida recuperação da produção do sector agrícola, sobretudo da produção alimentar, após as cheias que assolaram o país no princípio do ano. No entanto, o volume de produção do sector de electricidade e águas continuou a registar uma queda no segundo trimestre, reflectindo, em parte, as avarias de equipamentos de transporte de energia da hidroeléctrica de Cahora-Bassa para a República da África do Sul. Já a nível internacional, os principais destaques vão para a recuperação económica dos países das economias avançadas, com destaque para o crescimento da economia dos EUA (1,6%), acima da previsão de 1,1% e do Reino Unido (1,4%) próximo do valor projectado de 1,5%. Registou-se também o abrandamento da recessão económica da Zona Euro em 50 pontos base para -0.50%, sustentado pelo crescimento económico da Alemanha (0,5%) e França (0,3%) e também a desaceleração da actividade económica das economias emergentes, com destaque para a China, ainda que o crescimento no III trimestre tenha acelerado para 7.8%. Por seu turno, persiste a acentuada volatilidade do Euro e Dólar dos EUA no mercado internacional, associada aos sinais de recuperação na zona Euro e nos EUA, com destaque para os efeitos da prolongada negociação do tecto de dívida.

No que tange à economia nacional, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao segundo trimestre de 2013, a economia nacional cresceu, em termos homólogos, em 8,7%, depois de 4,3% no trimestre anterior, uma aceleração em 1,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo de 2012. A mesma fonte acrescenta que o Produto Interno Bruto acumulado no primeiro semestre de 2013 alcançou um crescimento de 6,6%, comparativamente ao realizado em Junho 2012. A análise do desempenho da actividade económica ao longo do segundo trimestre permite

- O sector terciário, à semelhança dos trimestres anteriores, manteve os níveis de crescimento anual em torno da média dos 8%, embora com a contínua queda de produção do ramo de hotelaria e turismo desde princípio do ano. O sector de comércio e serviços registou uma recuperação considerável em relação ao primeiro trimestre do ano.
- O sector secundário regista pelo segundo trimestre consecutivo, níveis de produção abaixo da média, influenciados pelo andamento do sector da electricidade e

trimestres do ano. Com efeito, a inflação homóloga passou para 4,25%, em Setembro de 2013, depois de alcançar seu pico (5,20%) em Junho. Este comportamento está em linha com a evolução da inflação acumulada (1,48%) que retornou para o nível abaixo do registado no fecho de 2012 (2,18%), entretanto acima da variação observada no período homólogo do ano passado, com registo de inflação negativa. Enquanto isso, a inflação média anual manteve o seu sentido de aceleração, tendo atingido o nível de 3,85%, em Setembro, contrariando o comportamento da inflação mensal, acumulada e homóloga, no mesmo período.

A inflação acumulada, ao longo do ano, foi caracterizada por um comportamento misto, com um período de aceleração (durante o primeiro trimestre), seguido por um período de desaceleração (de Abril a Setembro corrente), em linha com a tendência dos preços da classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas. Os preços dos produtos não alimentares evoluíram, no período, no sentido de agravamento, com excepção da

classe dos transportes e de lazer. Entre os produtos que influenciaram o andamento da inflação, o destaque vai para os bens e serviços de habitação, associados ao pagamento dos empregados domésticos (com uma contribuição de 19 pb), combustíveis não líquidos resultante do aumento do preço do carvão vegetal (80 pb) para além da contribuição dos sectores de educação, relativamente as matrículas, propinas, material escolar e outros (28 pb). Este efeito foi amortecido, pela contribuição negativa registada nas seguintes classes: (i) transportes (-6 pb); (ii) lazer, recreação e cultura (4 pb); e (iii) ali-

Sectores de Actividade	Anual	Trimestral - 2012		Trimestral - 2013	
	2012	I	II	I	II
Sector Primário		9.8	7.4	0.1	10.4
Agricultura	5.4	4.1	5.1	-1.9	9.5
Indústria Extractiva	39.3	23.8	54.7	39.1	33.0
Pesca	7.6	5.1	8.0	6.1	6.8
Sector Secundário		9.5	10.2	-1.1	0.5
Electric. e Água	-2.4	6.7	10.4	-13.9	-5.4
Industria transf.	4.6	2.8	8.3	0.1	0.6
Construção	10.4	11.0	11.7	8.4	8.6
Sector Terciário		8.8	7.7	9.7	8.6
Comércio e Serv	6.3	8.2	7.6	2.0	6.6
Hotelaria e Rest.	-0.4	-10.5	4.7	-1.0	-4.4
Transp. Comum.	11.2	1.6	9.8	16.5	15.5
PIB(%)	7.2	5.9	7.6	4.3	8.7

Dinâmica do PIB por Sectores (%) (fonte: Banco de Moçambique)

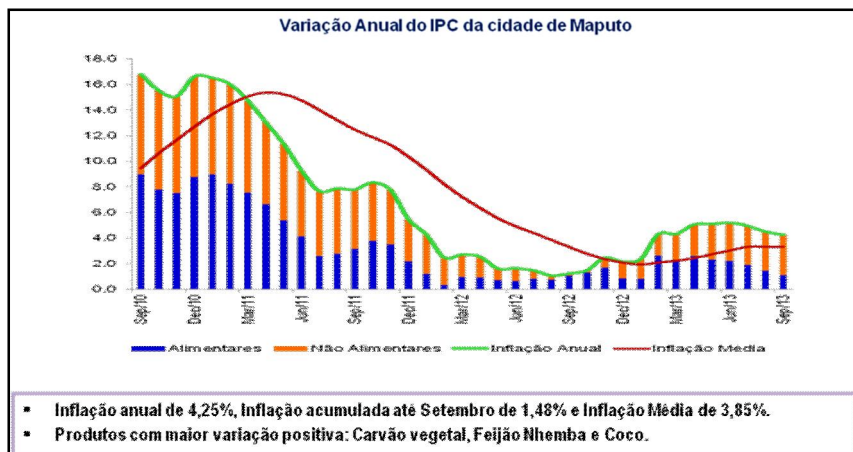
reter o seguinte:

- O sector primário foi o que mais se destacou ao crescer em 10,4%, impulsionado pela indústria extractiva que continua o sector mais dinâmico da economia nacional desde o segundo trimestre de 2011, com um crescimento médio de 35,3% por trimestre. Este comportamento foi reforçado pela recuperação do ramo da agricultura e das pescas depois da queda de produção agrícola associada às cheias registadas no princípio do primeiro trimestre.

águas, que regista uma fraca produção de energia, resultante da avaria nos equipamentos de transporte de energia da HCB para a África do Sul, embora o sector de indústria transformadora esteja a entrar em períodos de recuperação.

Quanto ao índice de preços no consumidor (IPC) da cidade de Maputo manteve pelo quinto mês consecutivo uma variação negativa, ao registar em Setembro de 2013 uma queda de -0,15%, levando à contínua desaceleração da inflação anual depois de registar níveis de aceleração nos dois primeiros

Economia Moçambicana com desempenho positivo (Cont.)



mentares e bebidas não alcoólicas (4 pb) (Gráfico 7.2).

Ainda de acordo com dados do INE, a desaceleração da inflação anual em relação ao trimestre anterior (95 pontos base), foi fortemente explicada pelo abrandamento dos preços de alimentos, que resultou na variação dos preços da subclasse de frutas e vegetais de 7,05% em Junho para 3,77% em Setembro, num contexto em que os preços dos bens e serviços da classe de não alimentares, não registaram alterações significativas, no terceiro trimestre.

Foram factores da evolução da inflação, a recuperação da produção agrícola, após o impacto das cheias no início do ano. A estabilidade do Metical no mercado cambial. A expansão da Base Monetária em linha com a trajectória programada; e a coordenação de políticas monetária e fiscal para fazer face aos constrangimentos criados com os atrasos dos desembolsos de ajuda externa no I Semestre.

Financiamento Interno ao Sector Privado

No final do mês de Agosto de 2013, o saldo do endividamento do sector privado junto do sistema bancário nacional situou-se em cerca de 140.446 milhões de meticais, representando um incremento de cerca de 9.133 milhões de meticais (7,0%), relativamente a Maio do corrente ano. Esta variação do crédito resultou do incremento, tanto da parte denominada em moeda

nacional, como da titulada em moeda estrangeira, cujos fluxos foram de 5.619 milhões de meticais (5,5%) e 3.516 milhões de meticais (11,7%), respectivamente.

Com efeito, em termos acumulados, o agregado expandiu em 22.634 milhões de meticais (19,2%), tendo a componente em moeda nacional aumentado em 17.885 milhões de meticais (20,1%) e o crédito em moeda estrangeira incrementado em 4.749 milhões de meticais (16,5%).

A variação anual do crédito à economia foi de 34.234 milhões de meticais (32,2%), cerca de 22 pontos percentuais acima do incremento ocorrido no período homólogo de 2012. Expurgando o impacto da variação cambial, decorrente da depreciação anual do metical face ao Dólar americano, este agregado expandiu em termos anuais em 31,2%, cerca de 23 pontos percentuais acima do observado no período homólogo do ano transacto.

Entretanto, a análise da distribuição do crédito bancário por sectores institucionais mostra que o crédito aos particulares tem vindo a ganhar peso nos últimos anos, reflectindo o aumento de empréstimos para habitação e para compras de viaturas. De igual

modo, o peso do crédito às empresas públicas também tem vindo a incrementar, reflectindo o financiamento às empresas públicas de energia, transportes e comunicações e hidrocarbonetos.

Balança de Pagamentos

Dados relativos às transacções correntes de Moçambique com o resto do mundo, mostram que no II trimestre o país registou um saldo negativo de USD 1.554,3 milhões, que no entanto, representa uma melhoria de 13,8%, comparativamente ao período homólogo de 2012. Assim, o défice do I semestre de 2013 ascendeu a USD 3.090.6 milhões, sendo porém inferior ao apurado em igual período de 2012, em 6.4%. Esta melhoria é explicada pelo desempenho positivo da conta parcial de serviços, justificado pela queda no défice das contas dos serviços de construção e transporte, reflectindo os seguintes factores: (i) a conclusão das obras de implantação e expansão de algumas unidades fabris, com destaque para as grandes empresas de Investimento Directo Estrangeiro, e (ii) o aumento das receitas de transporte e manuseamento de mercadorias em trânsito. Ainda no

primeiro semestre de 2013 foi registada a entrada de USD 3.555,7 milhões sob a forma de Investimento Directo Estrangeiro, montante que representa um crescimento de 41,7% em relação ao realizado no período homólogo de 2012. Deste montante de investimento directo estrangeiro cerca USD 1.708,8 milhões deu entrada no segundo trimestre de 2013.

No segundo trimestre de 2013, as transacções de bens entre Moçambique e o resto do mundo resultaram na arrecadação de receitas de exportações no montante de USD 896,8 milhões, valor que representa uma redução de 8,4% relativamente ao registado no período homólogo de 2012 (Gráfico 6.2). Em termos acumulados, no primeiro semestre de 2013 as receitas de exportação ascenderam a USD 1.717,0 milhões, o que corresponde a uma queda de 12,6% relativamente a arrecadação ocorrida no primeiro semestre de 2012, influenciada, essencialmente, pelo decréscimo em 24,8% no valor das exportações dos produtos tradicionais como a amêndoa e a castanha de caju, o camarão e a banana, uma vez que os bens dos grandes projectos registaram uma queda de 4,2%, com destaque para a redução das receitas de alumínio, areias pesadas e energia eléctrica.

Com efeito, relativamente aos produtos tradicionais, as receitas de exportações da amêndoa e castanha de caju reduziram, em parte, devido às adversida-

Crédito ao Sector Privado

Variações Anuais

	2011	2012	Mar-13	Jun-13	Set-13
CE	6.4	19.9	25.2	28.9	35.4
MN	17.3	16.4	23.9	29.8	36.0
ME	-19.8	32.1	29.6	26.0	33.3

- Porção significativa do crédito bancário beneficia as grandes empresas, ainda que o peso do crédito a particulares tem aumentado, reflectindo a procura para consumo (habitação e meios circulares).
- Algumas Instituições anunciaram linhas de crédito específicas para PMEs.

Economia Moçambicana com desempenho positivo (Cont.)

des climatéricas que afectaram as zonas centro e norte do país, conjugadas com as queimadas que destruíram algumas áreas desta cultura no Norte, enquanto as restrições comerciais e financeiras nos países de destino do camarão e da banana continuaram a condicionar a procura e a consequente arrecadação de receitas destes produtos.

No entanto, no período em referência observou-se um incremento nas receitas de exportação de alguns produtos deste grupo, comparativamente aos valores registados no período homólogo do ano anterior, com destaque para as receitas do tabaco, impulsionadas pelo aumento do preço médio no mercado internacional, do algodão, devido ao incremento do volume exportado, mercê da boa campanha agrícola e melhoria no controlo de pragas para este produto, e do açúcar, resultado do efeito combinado do aumento do volume e do preço médio no mercado internacional.

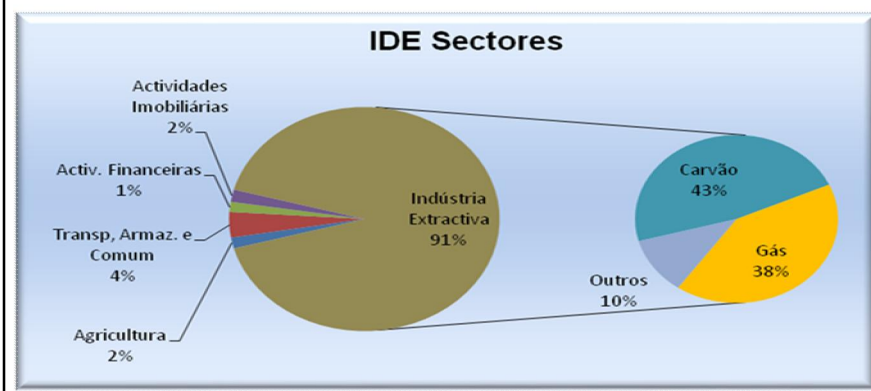
Em relação às receitas de exportação dos produtos das empresas pertencentes à categoria dos grandes projectos, verifica-se que o crescimento das receitas do carvão mineral e gás natural não foi suficiente para contrariar a redução observada nas receitas de exportação do alumínio, influenciada pela

persistente queda nos preços médios no mercado internacional, das areias pesadas, devido aos constrangimentos não só de mercado, mas também de natureza técnica e geotécnica. Por seu turno, as impor-

tações de bens, incluindo as dos grandes projectos, situaram-se em USD 2.039,0 milhões no segundo trimestre de 2013, montante que corresponde a um incremento de 3,8% em relação ao observado no período homólogo de 2012. Em termos acumulados as importações situaram-se em USD 4.084,3 milhões, representando um crescimento de 5,5% relativamente a despesa registada no primeiro semestre de 2012. A tendência de aumento das importações é explicada essencialmente pelo incremento que se regista nas importações dos bens intermédios e de capital.

Com efeito, comparativamente aos valores registados no período homólogo do ano transacto, observou-se um incremento na importação de bens intermédios

Investimento Directo Estrangeiro



e de capital, como combustíveis e cimento, como consequência, em parte, da entrada crescente de novas empresas de investimento directo estrangeiro. No mesmo período, as despesas com a importação de bens de consumo também cresceram, com destaque para a importação de óleo alimentar, cereais e automóveis.

Dívida Externa

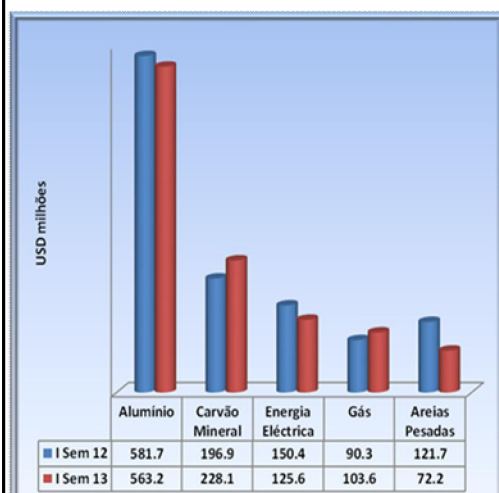
No segundo trimestre de 2013 foram desembolsados USD 372,8 milhões sob a forma de dívida externa, o que representa um incremento de 46,7% relativamente ao montante desembolsado no período homólogo de 2012. Em termos acumulados, no primeiro semestre de 2013, o fluxo do endividamento

da economia moçambicana junto de instituições financeiras não residentes situou-se em USD 554,8 milhões, o que corresponde a um incremento de 42,2% face ao registado no período homólogo de 2012.

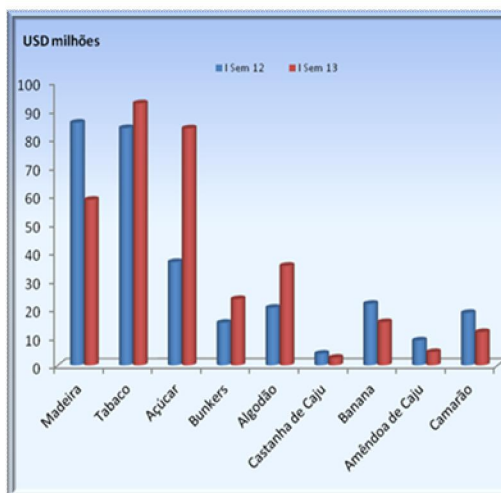
Do montante desembolsado no período, USD 352,3 milhões foi para financiar as despesas do Estado, sendo 70,7% direccionados para financiamentos de projectos de desenvolvimento do país e o remanescente (29,3%) para as empresas públicas com acordos de retrocessão. Por seu turno, o sector privado contraiu empréstimos a não residentes no montante de USD 202,5 milhões, dos quais USD 73,3 milhões contraídos pelos grandes projectos. Em termos sectoriais, as actividades financeiras, a agro-indústria e as telecomunicações contraíram dívidas na ordem de USD 44,6 milhões, USD 35,4 milhões e USD 28,2 milhões, respectivamente.

Ainda no primeiro semestre de 2013, o esforço realizado pela economia para o pagamento das suas responsabilidades para com o resto do mundo totalizou USD 207,1 milhões, o que representa um incremento de 25,3% face ao valor pago em igual período do ano anterior. Do referido montante, USD 51,6 milhões foram reembolsados pelo Estado e USD 155,4 milhões pelo sector privado, dos quais 137,1 milhões reembolsados pelos grandes projectos.

Exportações dos Grandes



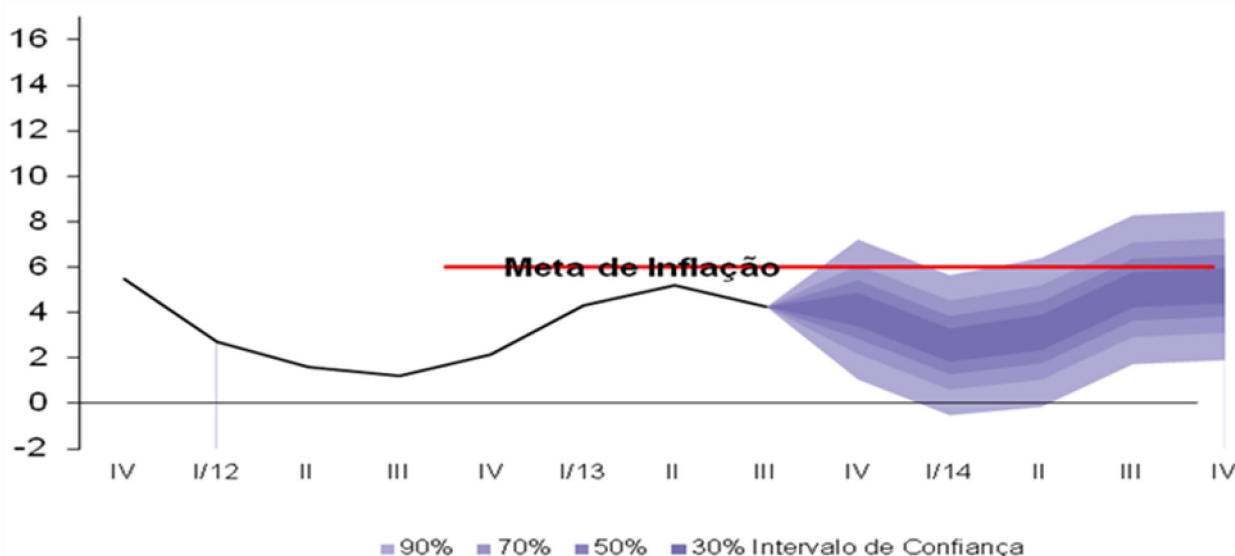
Exportações Tradicionais



Economia Moçambicana com desempenho positivo (Concl.)

Perspectivas: Inflação

Projeção da Inflação Anual



☐ Inflação prevista para 2013 respeitará objectivos definidos.

☐ Variação negativa do IPC entre Maio-Setembro melhorou as perspectivas de inflação do BM, ainda que sejam latentes riscos de conjuntura doméstica e internacional

As projecções de curto prazo da inflação indicam que, em Outubro de 2013, poder-se-á iniciar um ciclo de variações positivas, após cinco meses consecutivos de deflação, com os modelos ARMA e VAR, a preverem que a inflação mensal poderá fixar-se no intervalo de 0,18% a 0,23%, apesar do cenário optimista fornecido pelo método de sensibilidade estar a mostrar sinais de deflação (banda entre -0,07% a 0,32%) no mês em referência. Tomando por base os três métodos, a inflação homóloga em Outubro poderá situar-se na banda entre 3,90% a 4,34%. Os resultados dos modelos de resíduos dos agregados monetários (Money Overhang) e do Hiato de Preços que se fundamentam na equação de trocas (P-Star) indicam que a inflação anual poderá situar-se entre 3,78% e 5,81% no último trimestre de 2013.

Porém, no cenário internacional, persistem os seguintes riscos:

- Riscos e incertezas quanto a situação da economia dos Estados Unidos, influenciados pela fragilidade na procura interna norte-americana, devido ao impacto de um aumento dos impostos e cortes orçamentais;
- Incertezas em relação à performance das economias emergentes, que se tem mostrado fraca nos últimos tempos;
- Possível pressão inflacionária devido ao aumento do nível geral de preços na África do Sul; e
- Aumento do preço do petróleo no mercado internacional impulsionado pelas restrições no fornecimento do

petróleo no Médio Oriente decorrente das tensões políticas na Síria.

No cenário nacional, destaca-se a pressão na procura de moeda doméstica para o pagamento de bens e serviços, em particular durante a quadra festiva.

Decisão de Política Monetária

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) reunido no dia 16 de Outubro de 2013, na sua décima sessão ordinária do ano, analisou e tomou nota dos últimos desenvolvimentos da conjuntura económica e financeira internacional e as perspectivas de curto e médio prazos, bem assim do comportamento recente dos principais indicadores económicos e financeiros domésticos, particularmente a evolução do PIB e da inflação,

tendo constatado que estes mantêm uma trajectória favorável e consistente com o programa estabelecido para o presente ano. Neste contexto, o CPMO deliberou:

- Intervir nos mercados interbancários visando garantir o cumprimento da meta da base monetária, fixada em 44.729 milhões de meticais, no final de Outubro de 2013;
- Reduzir a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 50 pontos base, para 8,25%, com efeitos imediatos;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 1,50%; e
- Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias, fixado em 8,0%. **MV**

BVM admite cotação da Companhia de Moçambique

Texto da **Redacção do Mais-Valia**

www.at.gov.mz

A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) admitiu no princípio de Outubro do presente ano à cotação 2.000.000 obrigações escriturais, com o valor nominal unitário de 100,00 Meticais, emitidas pela Companhia de Moçambique, o que elevou a capitalização bolsista para 32.532 milhões de Meticais. Importa referir que, foi anunciada também a oferta pública de venda de 15,7 milhões de acções escriturais ao preço unitário de 20 Meticais e representativas de 10% do capital social da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE), que decorreu de 23 de Setembro a 14 de Outubro último.

Adicionalmente, em Julho de 2013, a empresa Petróleos de Moçambique “PETROMOC” emitiu três milhões de títulos, na forma de papel comercial, de valor nominal de 100 Meticais cada, sendo o valor global de 300 milhões de Meticais, com uma maturidade de 12 meses e colocado a uma taxa de juro de 11,75% ao ano.

Em termos de mercado de capitais, no terceiro trimestre de

2013, a capitalização bolsista incrementou em 1.201 milhões de Meticais para 32.332 milhões de Meticais, o equivalente a 1.080 milhões de dólares, no final de Setembro de 2013, representando uma expansão de 3,9% e 11,4% em relação aos montantes do final do trimestre precedente e do período homólogo de 2012, respectivamente.

Dados disponíveis indicam que, o aumento do valor da capitalização bolsista no terceiro trimestre de 2013 se deveu essencialmente à admissão na bolsa em Julho e Setembro de 4,47 e 9,59 milhões de títulos escriturais denominados por Obrigações de Tesouro 2013 (2ª e 3ª Séries) a um valor nominal de 100 Meticais por Obrigação, totalizando um montante de 447 e 959 milhões de Meticais, respectivamente. As taxas de juros para os referidos títulos foram estabelecidas com base em leilões competitivos, tendo se fixado em 8,875% e 9,875% para a 2ª e a 3ª Série, respectivamente, sendo a maturidade dos mesmos de 3 e 4 anos, com pagamentos de juros semestrais, para ambos títulos.

De acordo com o estabelecido no plano de endividamento

público e o respectivo Diploma Ministerial (Decreto nº 06/2013, de 22 de Março), poderá ocorrer ainda mais uma emissão de Obrigações de Tesouro no exercício económico de 2013, tendo no total como montante máximo de 3,573 milhões de Meticais.

Títulos excluídos

Durante o terceiro trimestre de 2013, foram excluídos da cotação, por extinção do empréstimo, os títulos que haviam sido emitidos pelo Estado moçambicano, com a designação de Obrigações de Tesouro 2008, pelo facto do Estado ter procedido, em simultâneo com o pagamento de juros do 10º e último cupão, à amortização da totalidade do capital em dívida, ao valor nominal de 100 Meticais por cada um dos 3,5 milhões de títulos.

No mesmo período foram igualmente excluídos da cotação também por extinção do empréstimo os títulos que haviam sido emitidos pelo Banco Internacional de Moçambique (BIM) e pela Moçambique Celular (MCel) com as designações de BIM 2003 e MCel 2008, pelo facto de as respecti-



vas instituições emitentes, terem procedido, em simultâneo com o pagamento de juros dos últimos cupões, à amortização da totalidade do capital em dívida, aos valores nominais de 12,5 e 4,8 Meticais por cada um dos 650 mil e 2,5 milhões de títulos, respectivamente.

No segmento de títulos sob forma de papel comercial, foram excluídos da cotação, também por extinção do empréstimo, títulos que haviam sido colocados pela PETROMOC, pelo facto de esta empresa ter amortizado a totalidade do capital, com o pagamento de juros do último cupão, no valor nominal de 100 Meticais por cada um dos 1,5 milhões de títulos. **MV**

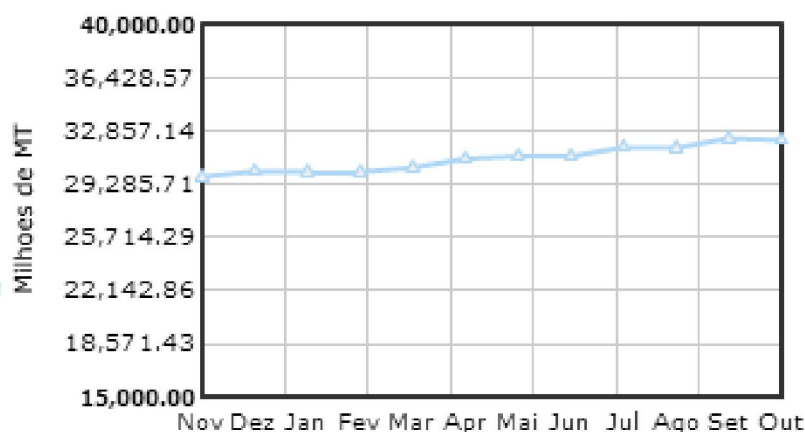
*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

Cotação Base

Mercado de Obrigações:

BIM 2003 Sub. : 100,00MT →
BIM 2006 Sub. : 100,00MT →
BIM 2010 : 100,00MT →
Companhia de Moçambique 2013 : 100,00MT
PETROMOC 2010 : 100,00MT →

Capitalização Bolsista 2012 / 2013



FMI: África Subsaariana com crescimento robusto

Texto da **Redacção Mais-Valia**

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê em relação à África Subsaariana, que o crescimento económico permaneça robusto, sustentado pelos projectos de investimento orientados para a exploração dos recursos minerais, exportação e em infra-estruturas e que

as condições de acesso ao financiamento sejam mais facilitadas, sem previsão de interrupções.

Fonte do Banco de Moçambique dá conta que o segundo semestre de 2013 foi caracterizado por uma recuperação do ritmo de crescimento económico em alguns países da SADC, nomeadamente Botswana, África do Sul e Moçambique, comparativamente aos níveis observados no primeiro trimestre do ano.

Com efeito, a economia sul-africana apesar dos efeitos da desaceleração da actividade económica das economias emergentes, expandiu em 2% no segundo trimestre de 2013, após 1,9% no trimestre precedente, tendo o crescimento sido impulsionado pela expansão da actividade do sector da agricultura e a recuperação da produção do sector manufactureiro, que permitiu suplantear a contracção registada no sector mineiro, decorrente da queda da procura externa dos principais mercados emergentes e a ocorrência de greves no sector.

Entretanto, a nível do mercado cambial, todas as moedas da SADC depreciaram face ao dólar americano no terceiro trimestre de 2013, justificadas essencialmente pelo fortaleci-

mento desta moeda no mercado internacional.

Neste conjunto de moedas destaca-se a forte depreciação do rand sul-africano face ao dólar americano nos mercados internacionais, reflectindo os sinais de recuperação daquela economia.

2012.

Uma análise feita ao desempenho da actividade económica ao longo do segundo semestre aponta que o sector primário foi o que mais se destacou ao crescer 10,4%, impulsionado pela indústria extractiva, que continua a ser o sector mais dinâmi-

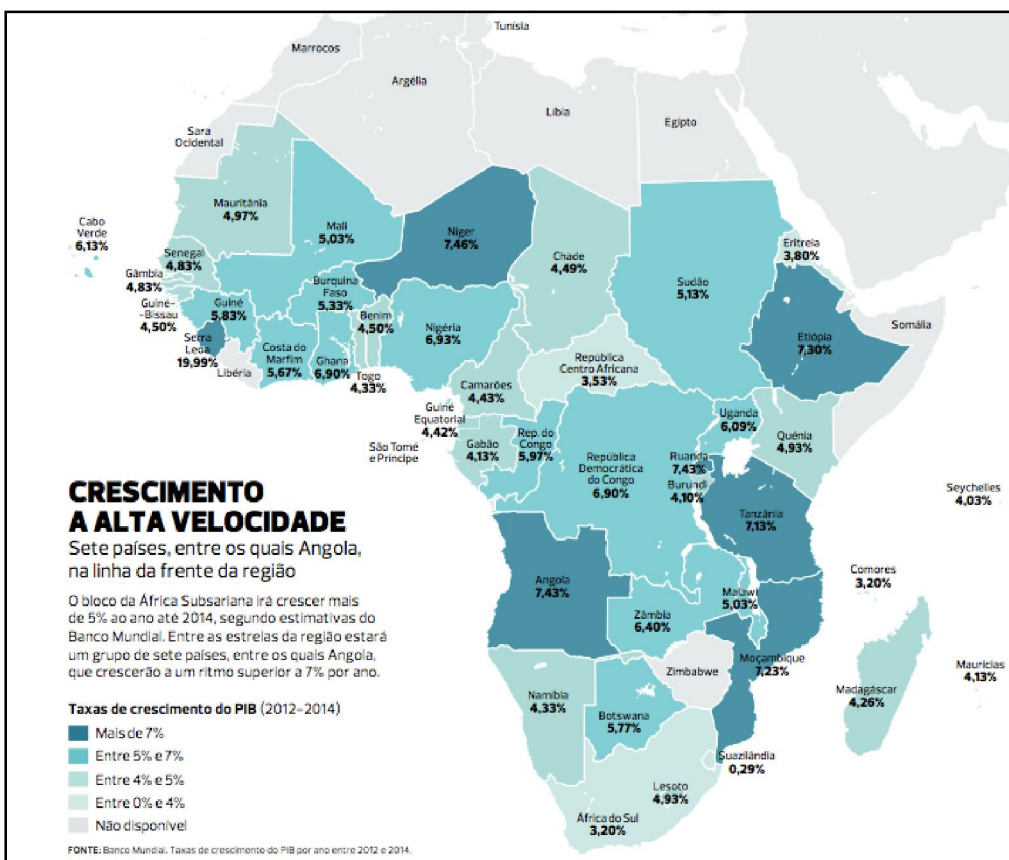
uma recuperação considerável em relação ao primeiro trimestre do ano.

Entretanto, o sector secundário regista desde o segundo trimestre consecutivo, níveis de produção abaixo da média, influenciados pelo andamento do sector da electricidade e águas, que

registra uma fraca produção de energia, resultante da avaria nos equipamentos de transporte de energia da HCB para a África do Sul, embora o sector da indústria transformadora esteja a entrar em períodos de recuperação.

Preços mantêm-se estáveis

À semelhança do trimestre anterior, o nível geral de preços manteve-se relativamente estável na generalidade das economias analisadas, com a excepção da África do Sul, onde a inflação ultrapassou a



Economia nacional cresceu

Corroborando, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao segundo semestre de 2013, indicam que a economia nacional cresceu, em termos homólogos, em 8,7%, depois de 4,3% no trimestre anterior, uma aceleração em 1,1 pontos percentuais face ao trimestre homólogo face ao trimestre homólogo de 2012. A mesma fonte acrescenta que o Produto Interno bruto (PIB) acumulado no primeiro semestre de 2013 alcançou um crescimento de 6,6%, comparativamente ao realizado em Junho de

co da economia nacional desde o segundo trimestre de 2011, com um crescimento médio de 35,3% por trimestre. Este comportamento foi reforçado pela recuperação do ramo da agricultura e das pescas depois da queda da produção agrícola associada às cheias registadas no princípio do primeiro trimestre.

O sector terciário à semelhança dos trimestres anteriores, manteve os níveis de crescimento anual em torno da média dos 8%, embora com a contínua queda de produção do ramo de hotelaria e turismo desde o princípio do ano. O sector de comércio e serviços registou

banda superior determinada pelo banco central, explicada essencialmente pela forte depreciação da moeda doméstica face ao dólar americano.

O Malawi continuou a apresentar a inflação mais alta da região, mas com uma tendência clara de desaceleração determinada pelo abrandamento da subida dos preços dos bens alimentares e da desvalorização do Kwacha face ao dólar americano. As Maurícias continuaram a ser a economia com a taxa de inflação anual mais baixa da região, com 3,5% em Agosto de 2013. **MV**

Magude

Quer dinheiro? Crie gado!

Em Magude – distrito situado a norte da Província de Maputo – quem tem gado tem dinheiro e, portanto, futuro garantido. E, o mais importante: “As receitas fiscais estão a crescer”, garante a Administradora, Cristina de Jesus Mafumo, que, entretanto, tem o desafio de convencer a população para passar a produzir cana-de-açúcar e comida em simultâneo.

Reportagem de Williamo Chiquele

Sob aurora da manhã de uma terça-feira ameno de Setembro colocamo-nos na estrada rumo a Magude. Pelo caminho vamos nos deliciando com as paisagens e pessoas, ao mesmo tempo que recordamo-nos das últimas notícias que abriram os jornais dos últimos dias: o roubo de gado e o abate de rinocerontes. Porque não é bom, fazemos um enorme exercício para reprimir juízos de valores sobre tão delicados problemas.

E, como se nunca tivéssemos investido uma hora e meia para percorrer cerca de 150 quilómetros, eis que, de repente, ressurgem-nos, mesmo à frente de nós, uma ponte seguida de uma silhueta: é a vila da Magude. O edifício do Governo de Magude não é propriamente moderno mas a imagem é única, dominante e distinta do resto da vila. Enquanto decorrem as burocracias, partilhamos a sala de espera com repórteres da agência Lusa. E, da mesma maneira que não se pergunta ao corcunda como ele dorme, também nos limitamos a cumprimentá-los e a puxar conversas de ocasião com o trio que parece estar em estado avançado de cansaço. Até cogitamos: “Portugal fica longe, é verdade!”.

Estamos em Magude. Com uma população estimada em cerca 54 mil (segundo o censo de 2007) distribuída por cerca sete mil quilómetros quadrados, Magude têm tudo para prosperar. A sua localização geográfica dá-lhe charme à mais: a Sul faz fronteira com o distrito de Moamba, a Sudeste com Manhica, a Norte e Nordeste com Gaza, respectivamente, Chókwè e Bilene. A Oeste está Mpumalanga, África do Sul.

Mas é no seu perfil agropecuário que se assenta o maior motor de desenvolvimento. Segundo a administradora de Magude, Cristina de Jesus

Mafumo, são bastante notáveis os sinais de bem-estar daqueles. Aponta-se a evolução da arquitectura e no tipo de material que o povo de Magude já usa como sinais de que a vida está a mudar neste lugar.

Só falta agro-processamento

A criação de gado bovino no distrito de Magude é, desta maneira e sem dúvida, o maior investimento que se faz neste distrito. Todavia, até ao momento este grande potencial ainda não é explorado na sua totalidade. Segundo a administradora de Magude, o grande desafio neste momento já não é assim tanto o aumento do número de gado mas sim a introdução de espécies melhoradas. É preciso ainda dar uma cadeia de valores a própria carne. Neste momento só se consome a própria o que retira o valor acrescentado que o gado bovino tem.

O gado bovino, que constitui o *ouro* de Magude, é constituído por duas partes: uma comestível, falamos da própria carne e outra não comestível, pele, chifres. Estas duas componentes podem servir a indústria da carne, conservas, produção de ração, calçado, vestuário entre outras. É motivo para dizer que Magude terá a breve trecho, o futuro merecido, desde que se faça investimentos no processamento. De acordo com a administradora de Magude, existem já empresários interessados na construção de um matadouro e no processamento.

Sete Milhões: o outro gerador de riqueza

Ninguém dúvida que desde que foi instituído o Fundo de Desenvolvimento Local, este tem sido factor gerador de desenvolvimento das comuni-

dades e de emprego. Os beneficiários deste empréstimo têm contribuído para o desenvolvimento de Magude e geração de riqueza. Conta a nossa entrevistada que Magude, sendo de solo argiloso, estão em franco crescimento, pequenas indústrias de produção de tijolos. A produção de tijolo nestas pequenas indústrias galvaniza e impulsiona a construção de casas convencionais visto que a produção é local. As palhotas vão sendo substituídas gradualmente como se tivesse sido declarada uma “operação palhota”.

Dado o crescimento do parque automóvel do distrito, como resultado dos investimentos em curso e a melhoria de condições de vida da população, é prioridade para Magude, a construção de uma rodoviária sobre o rio Incomati. Presentemente a travessia é feita através da ponte ferroviária que permite somente o uso de uma faixa de rodagem de cada vez.

Outra das grandes potencialidades do distrito de Magude é a produção de cana-de-açúcar que alimenta a indústria que, não obstante estar instalada em Xinavane – na Manhica – os campos de produção se estendem até Magude. Assim, a agricultura, à semelhança da pecuária, está a contribuir também no aumento da empregabilidade da população deste distrito.

O grande desafio, no entanto, é como sensibilizar as populações também produzir comida, para além da cana-de-açúcar. “Açúcar sim mas o grande desafio é a produção de comida. Nos nossos memorandos com a Açucareira de Xinavane, 20% da área de produção, são para a produção de comida”, disse a Administradora, visivelmente agastada com certas associações que resistem em apenas apostar no cultivo da cana-de-açúcar

em detrimento de alimentos. Mas diz que o Governo vai continuar com acções de sensibilização dos agricultores para mudança de atitudes, optando por actividades equilibradas.

Receitas Fiscais

Para além de Magude Sede, há os postos de Mahele, Mapulangene, Motaze e Panjane. Nestes lugares todos houve melhorias na cobrança de receitas, em relação ao ano passado. “Neste momento posso dizer que para aquilo que é o nosso tecto, já estamos a 90% mas ainda é pouco. Ainda temos postos administrativos que ainda não assumiram, em que as lideranças locais ainda não têm aquele conhecimento sobre o imposto. Estamos neste momento a trabalhar na divulgação e sensibilização ao pagamento do imposto”, frisou a nossa entrevistada. A descentralização na gestão das receitas tem servido de incentivo ao pagamento do imposto, uma vez que a nível dos conselhos consultivos, cada posto administrativo define as suas prioridades e presta o informe sobre o que efectivamente está sendo feito com a receita cobrada.

As campanhas conjuntas de educação fiscal e aduaneira envolvendo o CTA, agentes económicos, líderes comunitários tem servido para alavancar a cobrança de receitas fiscais. As comunidades começam, não só a tomar consciência sobre a importância do imposto, mas sim a pagar de forma voluntária os impostos. **MV**

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

Reflexão: Dialéctica das recentes alterações ao CIRPS

Por **Arlindo do Rosário**

Foi recentemente aprovada as novas alterações à Lei nº 33/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Código do Imposto sobre as Pessoas Colectivas, pela Lei nº20/2013, de 23 de Setembro.

Trata-se duma lufada de ar fresco para os intervenientes da relação jurídico-fiscal, isto porque a referida alteração vem transformar as retenções na fonte por conta do IRPS devido à final em retenções a título definitivo e, consequentemente reduzir o número de pedidos de reembolsos. Contudo, saliente-se que o regime citado somente aplicar-se-á aos sujeitos passivos que auferiram rendimentos da 1ª categoria.

Porém, nem tudo que reluz é ouro....

O que me incitou na prossecução do presente artigo, prende-se com alguns aspectos normativos os quais considero como sendo cruciais quer para orientação do sistema fiscal, quer para a caracterização do IRPS como um imposto pessoal que atende as condições pessoais e familiar do contribuinte. Refiro-me a composição do agregado familiar nos termos do art.18 do CIRPS, a não dedutibilidade das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas, respeitantes aos encargos com pensões a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou acordo homologado nos termos da lei civil, vertido no art.51 do CIRPS, a violação dos princípios da igualdade e justiça fiscal e por fim as deduções relativas à situação pessoal e familiar.

Neste âmbito, preceitua o art.60 da Lei nº15/2002, de 26 de Junho, o seguinte: “O imposto sobre o Rendimento das Pes-

soas Singulares – IRPS, obedece aos princípios da unidade e da progressividade e o seu regime tem em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar”, o sublinhado é nosso, ora, daqui extraísse a pessoalidade deste imposto, como característica intrínseca. Ao afirmarmos que o IRPS é um imposto pessoal significa que leva em consideração a situação económica e social do contribuinte e do seu agregado familiar, o estado civil, o número de dependentes, a fortuna pessoal, os encargos indispensáveis à subsistência humana, o grau de deficiência (se houver), entre muitos outros factores que caracterizam a situação pessoal de cada contribuinte. Esta característica da pessoalidade materializa-se pela dedução das despesas pessoais que afectam as necessidades dos sujeitos passivos ou do seu agregado familiar.

Assim, ao compulsar as novas alterações ao CIRPS trazidas pela Lei retro, reitero a minha inquietude porquanto no que concerne a composição do agregado familiar, postula a alínea a) do nº3 do art.18 do CIRPS que: “O agregado familiar é constituído por cada um dos cônjuges e os dependentes a seu cargo”, ora o meu questionamento encontra-se relacionado com a última parte da norma retro (dependentes a seu cargo), pois tratando-se de cônjuges, ambos trabalhadores, e com filhos, competirá a qual dos cônjuges incluir os dependentes na sua Declaração M/11 (Declaração à Entidade Patronal), para efeitos de composição do agregado familiar, uma vez que os dependentes não podem fazer parte de mais de um agregado familiar em simultâneo?

Com efeito, resulta da alínea retro-referenciada que a escolha para inclusão dos dependentes na Declaração M/11, para efeitos de composição do agregado familiar, há-de competir aos próprios cônjuges.

Ora, sendo esse o entendimento então estaríamos em face duma flagrante violação dos princípios da igualdade e justiça tributária, isto porque tratando-se de cônjuges que vivem em economia comum e ambos contribuem para os encargos dos seus dependentes, ou seja ambos tem a seu cargo os dependentes, ao proceder se a opção referida um dos cônjuges acabará saindo prejudicado no momento da tributação, uma vez que não poderá ter a redução da retenção em virtude do número de dependentes, conforme ilustra o Anexo –A a que se refere o art.65-A do CIRPS.

Prosseguindo

No concernente a não dedutibilidade das importâncias comprovadamente suportadas e não reembolsadas, respeitantes aos encargos com pensões a que o sujeito passivo esteja obrigado por sentença judicial ou acordo homologado nos termos da lei civil, vertido no art.51 do CIRPS, embora este artigo não tenha sido alterado, entende-se da interpretação do sistema normativo do IRPS, que a sua aplicação não poderá beneficiar aos sujeitos passivos que auferiram somente os rendimentos primeira categoria, em decorrência do carácter definitivo da retenção na fonte, mas sim aos sujeitos passivos que venham auferir rendimentos da primeira e outras categorias, pois a dedutibilidade daqueles encargos se faz ao rendimento líquido total, ou ao rendimento que resulta do englobamento dos rendimentos das diversas categorias, conforme prescreve o próprio art.51 do CIRPS.

Uma vez mais encontramos-nos perante tratamento diferenciado dos sujeitos passivos e a consequente violação dos princípios acima citados. Todavia, os aspectos considerados acima não só culminam nas violações aludidas, bem como na descaracterização da pessoalidade do



IRPS, na medida em que coarctase aos sujeitos passivos a possibilidade do reconhecimento da sua situação pessoal no momento da tributação.

A característica da pessoalidade não é observada em pleno, uma vez que relativamente as deduções relativas à situação pessoal e familiar prevista no art.60, em pouco ou em nada influem no peso da carga fiscal do sujeito passivo.

Situação diversa verifica-se em outros sistemas fiscais, por exemplo o Sistema Tributário Português, concretamente o Código de IRS, aprovado pelo Decreto-lei nº442-A/88, de 30 de Novembro, o qual a nossa legislação é corolário, constata-se que para efeitos de dedução à colecta são efectuadas deduções relativas às despesas com saúde, despesas de educação e formação, despesas respeitantes a pensões de alimentos, aos encargos com lares, aos encargos com imóveis, aos encargos com prémios de seguros de vida, as pessoas com deficiência, a dupla tributação internacional (...).

Dáí que, se consideramos o IRPS como um imposto inserido num sistema fiscal pautado por regras e princípios de direito, então é *conditio sine qua non* o seu efectivo reconhecimento jurídico como tal.

Sobre o Autor:

Arlindo da Costa do Rosário é licenciado em Direito pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa – Portugal e encontra-se afecto a Direcção de Contencioso Tributário da DGI, sendo também advogado e docente de direito fiscal e finanças públicas nas universidades Politécnica e universidade São Tomás de Moçambique. **MV**

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

Análise: Contratos de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos

Por **Domingos Muçonto**



A literatura prevalecente sobre os instrumentos e procedimentos de gestão e concessão de direitos de exploração de recursos naturais indica que a propriedade destes recursos é exclusiva e soberana dos Estados e normalmente, as condições básicas legais sob as quais são regulamentados os direitos de usufruto (pesquisa e produção) são fixadas por instrumentos aprovados ao nível parlamentar ou equivalente. Estas condições (sob as quais são concedidos os direitos de pesquisa, prospecção e produção

Um pobre ou fragilizado quadro legal e fiscal podem levar a consideráveis ineficiências e perdas de recursos e de oportunidades que não podem ser mitigadas pelo sistema de concessão (Tordo, S., Johnston, D. Johnston, D., 2009), daí a imperiosa necessidade de fazer uma breve abordagem dos aspectos relevantes do modelo mais comum de quadros legais e tributários dos contratos de pesquisa, prospecção e produção de hidrocarbonetos. Os diferentes regimes de exploração de hidrocarbonetos que

Concessão ou sistema de licenças com cobrança de taxas/royalties e (ii) **Contrato**, que pode ser o de partilha de produção – *Production Sharing Contract (PSC)* ou o acordo de serviços – *Services Agreement (SA)*

As três modalidades de acordos/contratos, embora conceptualmente diferentes, revelam-se semelhantes em termos do controlo exercido e dos direitos de propriedade do governo do país hospedeiro do investimento, assim como na sua eficácia no alcance dos objectivos. De

com a partilha de produção (Tordo e Johnston, 2009).

Contrato de concessão

A concessão consiste na atribuição, através de um concurso público internacional, de uma licença **exclusiva** de uma área ou bloco a um investidor qualificado (podendo ser uma empresa ou consórcio de empresas). Normalmente na

concessão são considerados aspectos como:

- Atribuição de direitos de pesquisa, prospecção, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás numa determinada área;
- É concedida uma duração relativamente longa;
- É concebido e acordado um amplo e detalhado plano de controlo sobre o cronograma e a forma em que as reservas de petróleo ou gás serão desenvolvidas pelo investidor; e
- São reservados poucos direitos de intervenção para o do Estado/entidade que concede, exceptuando o direito de receber um pagamento pela produção.

As disposições dos contratos de concessão

são modernos além de reduzir a área de cobertura e a duração dos contratos, também contêm cláusulas renúncia e explicitam expressamente a obrigação de aprovação de um programa de trabalho.

Uma das principais características das concessões é que o Estado mantém considerável

Aspecto de relevo	Tratamento mais comum nos contratos
Área	O tamanho dos blocos varia de extremamente pequenos 1.000 km ² para grandes blocos de mais de 4.000 km ² .
Duração	Pesquisa e prospecção: Normalmente três fases, num total de 6 a 9 anos. Produção: Entre 20 a 30 anos (geralmente pelo menos 25 anos)
Abandono	Pesquisa e Prospecção: 25 por cento após a fase 1, 25 por cento da área "original" depois da fase 2 (este é o mais comum, mas existe grande variação).
Obrigações de Pesquisa e Prospecção	Inclui a aquisição de dados sísmicos e a perfuração, às vezes o contrato pode prever requisitos muito agressivos em termos de valor monetário e <i>timing</i> , de acordo com a situação; isto porque os blocos de cada região são diferentes (por exemplo entre <i>onshore</i> , <i>offshore</i> e águas profundas - <i>deepwater</i>).
Royalties	A média mundial é de cerca de 7 por cento, a maioria dos sistemas têm um royalty ou uma taxa de direitos razoavelmente alta devido ao efeito de um custo de recuperação mínima.
Partilha do lucro da produção (petróleo ou gás)	A produção mais lucro reparte numa proporção de cerca de 55-60 por cento, baseados num nível variável de escala de produção; noutros (cerca de 20-25 por cento) são com base num sistema R-factor.
Limites de recuperação de custos	A percentagem média é de 65 anos; normalmente, contratos de partilha de produção (PSC) tem limites mais baseados em receitas brutas. Alguns (talvez cerca de 20 por cento) são baseados na produção líquida ou receita líquida, mais de 20 por cento não têm limite de recuperação de custos. Cerca de metade dos contratos SAs do mundo não têm custo de depreciação para fins de recuperação (mas quase todos o fazem para fins de cálculo do imposto).

Principais aspectos tratados nos Contratos de Concessão - Início (Fonte: Tordo, Johnston and Johnston, 2009)

de hidrocarbonetos) revestem-se de crucial importância para o desenho e implementação das políticas e estratégias de locação destes recursos em prol do crescimento e desenvolvimento socioeconómico das nações detentoras dos mesmos.

vem regendo os direitos e obrigações dos países detentores das reservas e dos investidores (companhias petrolíferas), concebidos e implementados até ao momento em vários países, podem ser classificados em duas grandes categorias: (i)

notar que a prática de alguns países como Indonésia, Nigéria, Índia, Malásia e Rússia mostra uma combinação de elementos de uma e outra categoria nos regimes de tributação; por exemplo a coexistência de taxas de licenciamento e royalties

Contratos de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (Cont.)

liberdade de modificar, a qualquer momento, os termos e condições que não são negociados, porém fixados por lei. Na prática, porque um ambiente de investimento estável é importante para incentivar ou manter investimentos do sector privado, os países são motivados para não abusar desta prerrogativa. No acordo de concessão a empresa/consórcio assume todos os riscos e custos associados com a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás na área coberta por esta. Muitas vezes, uma taxa de licenciamento é paga ao governo pelo uso do recurso por parte do investidor e normalmente incluem pagamentos de royalties e impostos no momento em que os hidrocarbonetos são produzidos.

Sob o regime de concessão, a propriedade do petróleo ou gás permanece com o Estado até que o petróleo/gás produzido atinja o limite previamente fixado e acordado, a partir do qual poderá passar ao concessionário. Deste modo o investidor não fica exposto a alterações das reservas e dos direitos de produção quando haja flutuações/mudanças de preços do petróleo ou gás. A propriedade dos equipamentos e instalações fixas e móveis permanentes e/ou destinados ao E&P de hidrocarbonetos em geral passa para o Estado no fim da concessão e o investidor é normalmente responsável pelos custos inerentes ao abandono e restauração do local.

Contratos de partilha de produção

A concessão de exploração baseada no regime de **Contratos de partilha de produção** – *Production Sharing Contract*

Aspecto de relevo	Tratamento mais comum nos contratos
Tributação	A média mundial do imposto s/ rendimentos empresariais é de cerca de 30-35 por cento. Embora muitos dos contratos PSCs têm impostos pagos pela contratada em nome da contratante.
Depreciação	Média mundial é de 5 anos, com o critério linearmente decrescente para os custos de capital. Geralmente, a depreciação começa quando o bem é colocado em serviço ou quando a produção começa.
Ring-fencing	A maioria dos países (cerca de 55 por cento) fixam uma espécie de anel de vedação (13 por cento) em torno da área do contrato para não permitir que os custos de um bloco possam ser recuperados a partir de outro nem permitem que os custos possam "cruzar a barreira" para fins de cálculo do imposto.
Participação do governo	Normalmente países com contratos são mais propensos a incluir o governo ou uma entidade que o represente. Quando os governos participam, em média detém entre 20 – 30 por cento. Cerca de metade dos países com a opção de participar não reembolsam "custos passados."

Principais aspectos tratados nos Contratos de Concessão - Concl. (Fonte: Tordo, Johnston and Johnston, 2009)

(PSC) prevê um acordo celebrado entre uma ou mais empresas ou consórcios de empresas – companhias de petróleo (geralmente estrangeiras) e o Estado em que estão localizadas as reservas de hidrocarbonetos. O Estado pode ser o próprio ou representado pelo governo ou por uma entidade estatal (como um ministério do governo, um departamento especializado ou uma agência) ou ainda uma empresa nacional de petróleo/hidrocarbonetos. A empresa nacional pode ser concedida autoridade suficiente para se envolver em operações de petróleo ou o direito exclusivo de receber uma licença exclusiva, e ainda o poder ou mandato para contratar a ajuda de empresas petrolíferas internacionais. Tal como acontece numa concessão, o PSC concede-se a uma empresa de petróleo ou consórcio ("contratada") o direito de pesquisa, prospecção e produção de hidrocarbonetos dentro de uma área especificada e por um período de tempo limitado. A contratada assume todos os riscos e custos de exploração em troca de uma parcela do petróleo produzido a partir da área do contrato. A produção é partilhada entre as

partes, numa proporção previamente definida nas cláusulas do PSC. Uma característica distintiva do PSC é que oferece ao investidor a propriedade de participação na produção somente no ponto de entrega ou ponto de exportação (como é definido no contrato). Mudanças no preço do petróleo e do gás resultam em ajustamentos por parte do investidor, das reservas e de direitos de produção. Os direitos sobre os equipamentos e instalações de produção são similares ao do regime de concessão. Neste regime, a menos que disposições específicas sejam incluídas no contrato (ou em legislação pertinente), o governo ou a empresa nacional de petróleo é normal e legalmente responsável pelos custos do abandono e restauração do local (Johnston, 2004 e Tordo e Johnston, 2009).

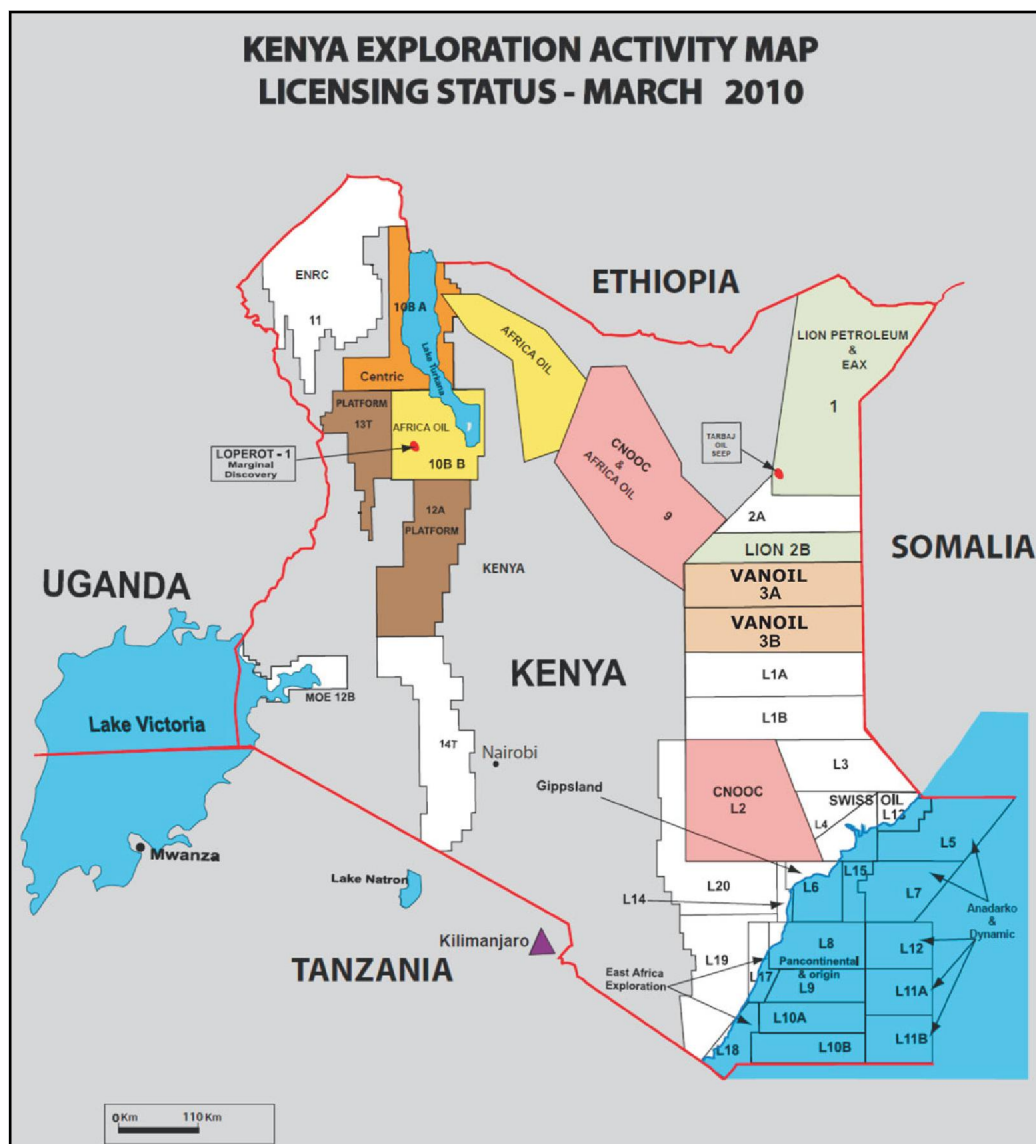
Contrato de Serviços

No **Contrato de Serviços** – *Services Agreement (SA)*, o Estado contrata empreiteiros para realizar todas as actividades relativas a pesquisa, prospecção, desenvolvimento e/ou serviços de produção dentro de uma área especificada e por um

período de tempo específico. Os contratados para a provisão de serviços são compensados por uma taxa fixa ou variável e o Estado mantém a propriedade de petróleo ou gás em todos os momentos, quer nos jazigos ou produzidos/extraído. O contratante não adquire quaisquer direitos de propriedade sobre o petróleo, excepto quando o contrato estipula o direito do contratante pagar a sua taxa relativa aos serviços "em espécie" (com petróleo e/ou gás) ou concede um direito de preferência ao contratante para comprar parte da produção. Uma rigorosa (pura) aplicação deste regime de contrato é considerado raro, mas alguns autores indicam o caso iraniano de *buy-backs*, semelhante a um contrato EPC em que os contratados para provisão de serviços de engenharia, aquisição e construção, instalação e produção têm o direito preferencial de compra da produção. A maioria dos contratos de serviços (SAs) contém elementos de risco para

*"Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA"*

Contratos de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos (Concl.)



No Quênia, os Contratos de Partilha de Produção têm estado na ordem do dia (cortesia: www.petrobracia.com)

o contratante (Tordo, Johnston e Johnston, 2010; Johnston, 2006; Meurs, 2008).

A consulta de diversa literatura que aborda estudos de práticas e experiências de vários países do mundo mostra que há uma convergência total em termos dos aspectos que tendem a constar nos diferentes contratos de concessão, variando somente os aspectos específicos de cada país, normalmente ditadas (as variações) por condicionantes quer de índole circunstancial, quer de carácter específico dos objectivos a serem priorizados ou atendidos. O quadro abaixo sumaria os principais aspectos

que para além de ser fortemente recomendável a sua incorporação em legislação adequada⁽¹⁾ (códigos tributários e outras leis reguladoras do sector de hidrocarbonetos) devem constar dos acordos e contratos entre as partes.

Referências no texto

- (1) A relevância desta recomendação reside no facto de que dada a sua importância, ao estarem incorporados em adequados instrumentos legais, para além da força que lhes será conferida para a arbitragem de

quaisquer conflitos, constituirá uma forte garantia das partes de que todos estes aspectos merecerão igual tratamento para todos os investidores, com o que se fortalecerá a percepção de uma maior transparência.

Bibliografia Consultada

- "How to Evaluate the Fiscal Terms of Oil Contracts". Initiative for Policy Dialogue Working Paper Series, por David Johnston
- "Petroleum Exploration and Production Rights: Allocation Strategies and Design

Issues". Washington, DC: The World Bank, por Silvana Tordo, e David e Daniel Johnston

Sobre o Autor:

Domingos João Metane Muconto, Licenciado em Economia (UEM) e Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Alcalá de Henares e Instituto Nacional de Administração Pública de Madrid – Espanha, Doutorando em Economia do Sector Público (Certificado da fase presencial), tendo como áreas de investigação as ligadas a fiscalidade (Organização e Métodos das Repartições de Finanças, Desenho de sistemas tributários e justiça dos sistemas tributários na vertente de equidade horizontal, etc.), exerceu as funções de docente em tempo parcial na Faculdade de Economia da UEM, ISCTEM e USTM – Coordenador do Curso de Gestão, onde orientou vários trabalhos de investigação da área fiscal e tributária.

A sua experiência profissional está fortemente ligada a área tributária, tendo sucessivamente trabalhado no 1º Bairro Fiscal de Maputo (1988-2000), 2º Bairro Fiscal – Chefe Adjunto (2000-2004), Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário – Coordenador (2005-2007), Unidade dos Grandes Contribuintes – Director Adjunto (2007), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – SP (2007-2010), Director de Serviços na DGI – DCAT (2010-2011), Delegado Provincial da AT (2011-2013) e recentemente nomeado para Director de Auditoria e Fiscalização Tributária na AT. Outras actividades de referência podem ser a participação no grupo de trabalho de Desenho do Modelo Conceptual do SISTAFE e do plano Básico de Contabilidade Pública, na extinta UTRAFE, colaborador e colunista do Jornal NACHINGWEYA e da Revista Tributária. **MV**

Oficina Literária: *A Maior Flor do Mundo*, Literatura de Adultos para Crianças ou Literatura Infantil para Adultos?

Introdução

O presente ensaio literário tem como objectivo analisar o conto infantil *A Maior Flor do Mundo*, como forma de responder a uma questão que inquieta uma legião de leitores: existirá literatura para crianças e literatura para adultos?

A obra em questão foi escrita pelo não menos célebre escritor José Saramago, ele que foi em 1998 galardoado com o Prémio Nobel de Literatura, o primeiro a ser atribuído a um escritor de Língua Portuguesa.

José Saramago é igualmente autor de romances memoráveis (algumas bastante polémicas) tais como *Levantado do Chão* (1980), *Memorial do Convento* (1982), *A Jangada de Pedra* (1986), *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio Sobre a Cegueira* (1995), *A Caverna* (2000), *Caim* (2009), entre outras, constituída por poesia, viagens, crónicas, literatura infantil, peças teatrais, contos, diários e memórias, no seu vastíssimo «Mar Literário» sulcado desde a sua estreia em livro com o romance *Terra do Pecado* (1947).

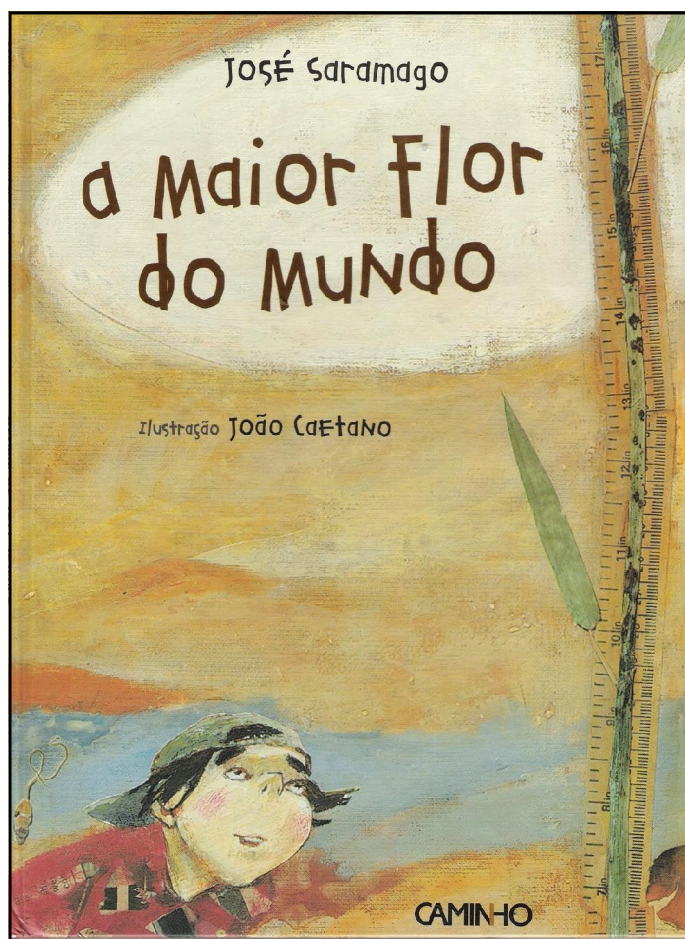
Com o conto infantil *A Maior Flor do Mundo*, cabendo as ilustrações ao João Caetano, José Saramago estreia-se na Literatura Infantil, obra que posteriormente, em 2007, pela Continental Animación, veio a ser adaptada para o cinema numa curta-metragem de animação realizada por Juan Pablo Etcheverry, na qual José Saramago aparece como personagem principal.

A Maior Flor do mundo: uma história a ser contada

N' *A Maior Flor do Mundo* José Saramago, transformando-se no personagem principal da história, não conta uma história, como tem sido o caso de muitas que conhecemos, mas sim faz um esboço de uma história que ele gostaria de contar, a qual seria a mais bela e surpreenden-

te de todas as histórias já contadas, como se pode constatar logo nas primeiras páginas do livro, «*Se eu tivesse aquelas qualidades todas poderia contar, com pormenores, uma linda história que um dia inventei, mas que, assim como a vão ler, é apenas o resumo de uma história, que em duas palavras se diz... Que me seja desculpada a vaidade se eu até cheguei a pensar que a minha história*

feição só existe fora da singularidade», como igualmente podemos complementar o dito anterior buscando a célebre frase que diz que «*A força da mão está no somatório das forças dos dedos*». Saramago demonstra a sua humildade pedindo ajuda aos seus leitores (mais novos, ou talvez não só) para que o apoiem na dura tarefa de escrever livros mais belos e extraordinários do que os que



seria a mais linda de todas as que se escreveram desde o tempo dos contos de fadas e princesas encantadas...» (SARAMAGO: 2002, p. 3), ou ainda na maneira que a inicia, «*Na história que eu quis escrever, mas não a escrevi, havia uma aldeia*» (Idem. 2002, p. 4).

Há aqui quase que um chame ao mundo dizendo que «*a per-*

lhe valeram o Prémio Nobel de Literatura em 1998, ou ainda o Prémio Camões em 1995.

A Maior Flor do Mundo e A Caverna de Platão

De acordo com a Wikipédia «*A alegoria da caverna [A Caverna de Platão], também conhecido como parábola da caverna, mito da caverna ou prisioneiros*



da caverna, foi escrito pelo filósofo grego Platão e encontra-se na obra intitulada Livro VII de A República.»

A Caverna de Platão, uma metáfora descrevendo a condição humana perante o mundo, no que diz respeito à importância do conhecimento filosófico e à educação como forma de superação da ignorância, é uma parábola de homens que vivem numa caverna subterrânea, que estão virados de costas para a entrada, presos com correntes, pelas mãos e pelos pés, podendo somente olhar para a parede da caverna. Por detrás dos prisioneiros há um muro alto, e atrás desse muro passam através das frestas vultos humanos que levam diversos objectos por cima do muro. Ardendo atrás desses objectos uma fogueira, eles provocam sombras trémulas na parede da caverna. A única coisa que os homens presos na caverna podem ver é a sombra dos homens que estão para além dos muros altos. Uma vez que os prisioneiros da caverna estão ali desde que nasceram, para eles as sombras são tudo o que existe no mundo.

N' *A Maior Flor do Mundo* Saramago conta a história de um menino que vivia numa aldeia situada no pico de uma montanha, uma aldeia chamada Aldeia do Pico, história de um menino que adorava abrir novas páginas no livro da sua vida, um rapaz que era apaixonado por descobrir coisas novas, novos horizontes, novos mundos. Saramago, através deste conto infantil nos leva à *Alegoria de Platão*, como que iluminando a mente do leitor sugerindo-lhe: E se um dos prisioneiros da *Caverna de Platão* se desacomodasse e deixasse de olhar a parede na qual se projectavam sombras de homens que se encontravam além dos

***A Maior Flor do Mundo*, Literatura de Adultos para Crianças ou Literatura Infantil para Adultos?** (Concl.)

murros da caverna? E se ele voltasse a cabeça para entrada e decidisse fugir para o mundo exterior, além dos murros? Não *serão* os habitantes da «Aldeia do Pico» os prisioneiros da caverna e o menino o único que consegue de lá escapar?

Adiante, na história, numa dessas aventuras, quando o menino deu por si já estava perdido no fim do mundo. No fim do mundo, ele encontra uma flor «*tão caída, tão murcha*». O estado no qual o menino encontra a flor é, no fundo, uma crítica através da qual José Saramago faz a ela relevo para aduzir o seu agastamento sobre o devasamento dos valores ético e moral do homem. Aliás, relativamente a isso, Saramago termina o conto perguntando: «*E se as histórias para crianças passassem a ser de leitura obrigatória para os adultos? Seriam eles capazes de aprender realmente o que há tanto tempo têm andado a ensinar?*» (SARAMAGO: 2002, p. 17).

Voltando para a história, vendo o menino a flor assim «*tão caída, tão murcha*», ele resolve salvá-la, buscando num rio, do outro lado do mundo, através do côncavo das mãos, água, que dela só chega à flor apenas três gotas de toda água recolhida. O menino fê-lo quanta vezes fosse necessário, até que, de cansaço, ele adormeceu debaixo da flor. Com este episódio Saramago quer que os seus leitores sejam cónscios disto: o caminho para a liberdade é longo e bastante sinuoso; ele requer muito esforço e sacrifício da parte de quem a almeje, como já defende o filósofo moçambicano Severino Nguenha quando diz que «*A liberdade é uma bela mulher que deve ser cortejada todos os dias*». O acto de se desacomodar, tirar os olhos das imagens projectadas nas paredes dos murros da caverna e alcançar o exterior, por parte do prisioneiro que se liberta da caverna, é carregado de muito esforço e sacrifício.

Enquanto isso, em lugar da

terra descrito no conto de Saramago, longe do fim do mundo, sentindo a falta do filho, e ajudados por familiares e vizinhos da Aldeia do Pico, os pais do menino perdido resolvem procurá-lo por toda parte. Mas não o encontram (!). Aqui o acto de procurá-lo equivale a que os prisioneiros que ficassem na caverna descrita por Platão igualmente despertassem e resolvessem buscar pelo mundo que se esconde no exterior, além dos murros que os circunscrevia ao mundo das sombras projectadas na parede da caverna.

Entretanto, foi a flor que o menino ajudou a devolvê-la à vida, regando-a com o somatório dos litros que resultaram de cada três gotas correspondentes a uma viagem, que ajudou os habitantes da Aldeia do Pico a encontrarem o menino perdido: a flor cresceu tanto que podia ser vista do outro lado do mundo.

O final da história sugerida por José Saramago é feliz, como é característico em literatura infantil. Por outro lado, nada mais do que felicidade pode encontrar o prisioneiro que consegue alcançar o mundo exterior n' *A Caverna de Platão*. Saramago sublinha isso muito bem no conto: «*as pessoas diziam que ele [o menino, que estava perdido] saíra da aldeia para ir fazer uma coisa que era muito maior do que o seu tamanho e do que todos os tamanhos*» (SARAMAGO: 2002, p. 15).

A Maior Flor do Mundo, literatura infantil para crianças de todas idades

Em linhas gerais, diríamos que literatura infantil é aquela cujo grupo alvo são crianças dos seus dois a dez anos de idade. Geralmente a literatura infantil possui texto com conteúdo de fácil entendimento para a criança que o lê, seja por si mesma, ou com a ajuda de uma pessoa mais velha.

Estudiosos da literatura são

unânicos em enumerar as seguintes características para a literatura infantil: i) ausência de temas para adultos e/ou não apropriados a crianças, ii) são relativamente curtos, ou seja, não possuem mais do que 80 a 100 páginas; iii) presença de estímulos visuais (cores, imagens, fotos, etc); iv) são escritos em uma linguagem simples, apresentando um facto ou uma história de maneira clara; v) são de carácter didáctico, ensinando ao jovem leitor regras da sociedade e/ou comportamentos sociais; vi) possuem mais diálogos e diferentes acontecimentos, com poucas descrições; vii) crianças são os principais personagens da história; viii) possuem um final feliz.

No entanto, se por um lado Saramago inicia o conto dizendo que «*As histórias para crianças devem ser escritas com palavras muito simples, porque as crianças sendo pequenas, sabem poucas palavras e não gostam de usá-las complicadas*» (SARAMAGO: 2002, p. 2), mais adiante da história ele ressalva que «*(Agora vão começar a aparecer algumas palavras difíceis, mas, quem não souber, deve ir ver no dicionário ou perguntar ao professor.)*» (Idem. p. 4), para deixar a mostra a sua veleidade em querer escrever uma história para crianças de todas as idades, porquanto existem adultos que não entendem livros infantis e crianças que entendem livros de literatura para adultos.

Há uma unanimidade entre os filósofos quando o assunto é saber-se quando se pode considerar alguém filósofo: «*Para nos tornarmos bons filósofos precisamos unicamente da capacidade de nos surpreendermos*» (GAARDER: 2012, p. 37). Ou seja, só se pode ser verdadeiramente filósofo quando começamos a olhar o mundo a nossa volta como se ele fosse algo novo.

As crianças, ainda pequenas, com meses de vida, começam a aperceber-se de uma realidade

completamente nova, surpreendem-se com a pedra que depois de lançada ao ar volta a cair, o ladrar do cão, o gesticular das pessoas, o falar dos pais, etc. No entanto essa capacidade vai se perdendo a medida que elas crescem, passando a saber que a pedra, depois de lançada ao ar, volta ao chão devido ao efeito da gravidade, o cão ladra porque é sua natureza, assim se comunica com o ambiente que o rodeia, as pessoas gesticulam quando falam porque é sua natureza, é dessa maneira que nos comunicamos.

O poeta Mário Quinto (1906-1994) disse: «*A preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda*». E eu digo: talvez seja da preguiça que os adultos tenham de ler obras infantis que possivelmente esteja escondida a capacidade de se surpreenderem com o mundo que os rodeia. Não sei se será manifestação eloquente da *criança-adulta* ou do *adulto-criança* que possivelmente haja em mim, mas penso que seja oportuno que as últimas palavras deste texto sejam as mesmas com as quais José Saramago inicia o discurso pronunciado a 7 de Dezembro de 1998, na Academia Sueca, quando ele foi galardoado com o Prémio Nobel de Literatura: «*O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever*» (SARAMAGO: 1999, p. 5).

Referências Bibliográficas

- GAARDER, Jostein. O Mundo de Sofia. (2011) 30ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- SARAMAGO, José. Discursos de Estocolmo. (1999) 1ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- ———, José. A Maior Flor do Mundo. (2002) 1ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho. **MV**

Dia da Secretária comemorado na AT

Texto e Fotos de **Liége Vitorino**



Como tem sido apanágio, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) celebrou no mês de Setembro último o dia nacional da Secretária, confraternizando com esta classe profissional numa singela cerimónia orientada pelo Presidente Rosário Fernandes que teve lugar na sala Samora Moisés Machel nas instalações da Direcção Geral das Alfândegas, na Cidade de Maputo.

Em representação das várias unidades orgânicas, as Secretárias da AT devidamente apuradas puderam passear a sua classe. Foi uma ocasião ímpar, pois a celebração do seu dia coincidiu com a cerimónia de rotação de quadros, tendo a primeira parte do programa sido dedicada ao tributo dos funcionários nos diversos escalões que pararam para prestar homenagem a esta classe profissional saudando uma por uma com uma flor.

Em conversa com algumas da

Secretárias o “Mais Valia” ficou a saber que muitas delas exercem a tarefa por vocação, tal como, nos confessou a colega Joaquina Banze, por sinal veterana na classe, com 22 anos de carreira.

Joaquina Banze é uma pessoa de trato simples e está afectada na Direcção Geral de Impostos.

Visivelmente emocionada, Joaquina Banze, diz sentir-se lisonjeada pela homenagem oferecida pelo Presidente da AT ao valorizar a classe e privilegiando parte da sua agenda para homenageá-las. Ela reconhece que ser Secretária é uma tarefa árdua uma vez que para além de funcionária é estudante.

Observou que, é preciso redobrar esforços para que possam harmonizar as tarefas da melhor maneira possível porque uma secretária é o espelho de uma direcção.

Ela confessou-nos que gosta da sua profissão tendo apelado as colegas mais novas que acabam de ingressar na actividade a enfrentar o trabalho com dedicação sobretudo ganhar gosto pelo trabalho. **“Gostaria de apelar as colegas mais novas que ser secretária não é servir café. Temos que estudar para**

evoluir, aprendendo as novas tecnologias e acompanharmos o desenvolvimento do dia-a-dia do nosso país”, ajuntou.

Por seu turno, Orlanda Siteo, bastante reservada iniciou o diálogo parabenizando a classe das Secretárias da AT, em particular e do país no geral. Reconheceu que, a carreira da Secretária é muito linda, mas tem que se abraçar com amor, carinho, dedicação e acima de tudo evoluir.

Para ela, a carreira de secretária não se pode resumir à antiga definição que era apenas de protocolo ou de servir café. Mas, que hoje assemelha-se a de administradora de escritório, porque é alguém que ajuda o seu chefe e demais colaboradores de cada direcção na prossecução dos melhores objectivos da direcção em função do programa da instituição, disse.

Conforme disse, a carreira de Secretária é interessante e precisa de ser valorizada. É preciso estar a par dos novos modelos de gestão, a maneira evolutiva com que o mundo no geral tem encarado esta profissão.

Com quatro anos de percurso, Orlanda presentemente está afectada à Direcção de Formação

da AT. Confidenciou-nos que gostaria de permanecer mais tempo fazendo carreira. Apenas tem um desejo: gostaria de ver a carreira de Secretária profissionalizada na instituição.

A nossa entrevistada almeja ver Secretárias formadas na área do Secretariado, com o nível superior, pois, crê que, a carreira não tem que ser algo passageiro na vida das pessoas. **“É uma carreira que exige muito da pessoa e a cada ano que passa tem que se aprender novas metodologias, novas técnicas até atingir a excelência, de modo a ser a verdadeira Secretária Executiva na verdadeira acepção do termo”**, acrescentou.

Rosália Cuinica, bastante jovem no exercício da profissão, com apenas dois anos e meio e está colocada na Direcção de Finanças da AT.

Actualmente, encontra-se a frequentar o 3º ano do curso de Contabilidade e Auditoria.

Explicou-nos que não foi “pêra doce” habituar-se à tarefa mas paulatinamente foi-se inteirando do trabalho e hoje sente-se minimamente confortada.

Disse que, ser Secretária é fácil e ao mesmo tempo não é fácil, pois, que no decurso das funções se deparam com muitas situações.

“Por exemplo, no local onde me encontro afecta por vezes os funcionários entendem que sempre tem que ser satisfeitos naquele momento. Por vezes são pedidos feitos via telefone e querem a resposta naquele exacto momento e as coisas não são bem assim”, desabafou.

“Por vezes, é muito difícil ter que encontrar uma forma de recusar o pedido mas sempre procurando dar uma satisfação que lhes deixe tranquilos”, anotou.

“No final, a profissão é muito doce, pois, aprende-se muita coisa”, salientou.

A funcionária Rosália Cuinica espera depois de concluir a sua formação académica manter-se no posto. **MV**

*“Leia e
Divulgue o
MAIS-VALIA”*

Entre-Nós: Hassam Jussub

Entrevista conduzida por **Dionísio Munguambe**

Nesta edição do “Entre-Nós”, regressámos novamente à DGI, mas desta feita para trocar impressões com um colega que chefia um dos Postos Fiscais mais concorridos da cidade de Maputo. Acompanhe:

Mais-Valia (MV): Com que temos o prazer de partilhar o espaço “Entre Nós”?

Sou Hassam Jussub (**HJ**), de 43 anos de idade, natural de Nacala-a-Velha, na Província de Nampula. Considero-me um homem simples, prático e trabalhador. Sou Licenciado em ciências jurídicas, pela Universidade Técnica de Moçambique (UDM) e funcionário da Fazenda, na área Tributária, desde 1998.

MV: Quem hoje temos o prazer de entrevistar, com certeza, nem sempre foi assim. Poderia falar-nos da sua Infância?

HJ: Guardo boas lembranças da minha infância, sobretudo porque a passei numa terra maravilhosa e histórica, a Ilha de Moçambique. Tive uma infância normal e cresci na companhia de minha família directa e da “família da ilha”, ou seja, seus habitantes, pois, este local gozava (ou melhor, ainda goza) desta particularidade de irmandade, pelo facto de as pessoas sentirem-se “uma só família” e sempre com a extrema preocupação de cuidarem uns aos outros. Foi na ilha de Moçambique onde dei os primeiros passos no aprendizado, frequentando primeiramente o ensino primário e, como qualquer outra criança da ilha, pelo menos na altura, iniciando com o ensino religioso nas *madrasas*. Não me sentiria confortável em falar da minha infância sem falar do ambiente que me rodeava na altura, pois, deixei-me marcas indeléveis, desde as brincadeiras normais da época, entre as peladas de futebol, os mergulhos na praia de águas cristalinas, o privilégio dos passeios pelo ambiente histórico da ilha ilustrado nos museus,

na fortaleza e todos aqueles lugares paradisíacos que identificam a sua beleza única. Foi uma boa infância...

MV: Fale-nos da importância do ambiente familiar como indivíduos.

HJ: Provenho de uma família humilde, de comerciantes, religiosa e composta por seis irmãos. Acreditando que a família constitui a célula básica na sociedade para processo de socialização do indivíduo; na minha, sempre encontrei amparo e aconchego. Também, a educação religiosa inicial desempenhou um papel funda-

mentário e, dada a inexistência de instituições de ensino superior naquela província, como outros jovens da mesma época faziam quando o pudessem, vim a Maputo concorrer para frequentar, na altura, a única universidade existente, a UEM, porém, não foi possível concretizar o sonho de lá ingressar, uma vez que a demanda na altura era extremamente alta.

Nos anos seguintes, dediquei-me a cuidar dos negócios da família e, porque aprender é uma necessidade permanente, durante aquele período fui participando em formações práti-

camente aqui, onde me formei profissionalmente. Posso dizer que sou produto da extinta DNIA (Direcção Nacional de Impostos e Auditoria), actualmente DGI. Maior parte do *background* e práticas profissionais tem origem na experiência do meu dia-a-dia no trabalho bem como do apoio e colaboração de colegas de trabalho que sempre se dispuseram e não se mostraram acanhados em ensinar-me e aos colegas com os quais entrei. Havia gente com muita experiência, conhecedoras de todos processos tributários, eu tive o privilégio de aprender com essas pessoas. Desde 1998 até 2010, estive naquela casa, da qual guardo boas recordações e lições.

Actualmente encontro-me afecto ao Posto de Cobrança do Jardim, em resultado de ter sido indicado em 2011 com a missão de coordenar as actividades deste Posto de Cobrança, ora composto por um total de sete funcionários.

MV: Entre a dedicação na formação académica e nos deveres profissionais, que utilidade da aos seus tempos livres?

HJ: Na mesma perspectiva em que a cidade de Maputo se mostra extremamente dinâmica, agitada e consequentemente níveis de *stress* à companhia do ritmo, também se oferece de várias opções para diversão e entretenimento. Os meus tempos livres são principalmente passados em conversas e convívio com familiares e amigos. Gosto muito de caminhar pelas ruas da cidade como forma de me colocar à par do crescimento da cidade e dos edifícios gigantescos que vem surgindo, sem perder de vista a oportunidade de visitar algumas livrarias.

MV: Considerando ser uma pessoa extremamente activa, que “segredos” nos revelaria para manter uma vida saudável?



Hassam Jussub, no seu gabinete de trabalho

mental no enraizamento dos valores na minha pessoa. De forma geral, acredito no papel que a família simboliza na transmissão de valores, moldando o indivíduo não só pelo conhecimento dos seus direitos mas também dos deveres e obrigações inerentes ao papel de cada indivíduo na sociedade.

MV: Conhecer melhor ainda o Jussub de hoje, naturalmente, não se deve deixar de lado o Jussub moldado pela formação académica e profissional. Que percurso seguiu na sua carreira, como formando e profissional?

HJ: O meu percurso académico teve o seu início na Ilha de Moçambique, onde frequentei o ensino primário, e subseqüentemente, o secundário e pré-universitário, em Nampula. Terminado o ensino pré-

cas em contabilidade, informática, avaliação e análise de projectos entre outras. Ainda neste âmbito, frequentei o Instituto Comercial de Maputo. Actualmente sou Licenciado em Ciências jurídicas pela UDM.

Ao nível profissional, o ano de 1998 marca o meu ingresso ao Ministério das Finanças e o início da minha carreira na função pública, onde fui de imediato afecto à Repartição de Finanças do 2º Bairro Fiscal (actualmente, Direcção de Área Fiscal). Grande parte do meu tempo de serviço foi nesta DAF, onde colhi muita experiência, resultante não só do tempo de permanência em exercício de tarefas, mas também, por ter tido a oportunidade de trabalhar em quase todas as Secções. Contudo, era prática na altura rodar os funcionários por todos os sectores. Foi basi-

Entre-Nós: Hassam Jussub (Concl.)



A primeira Alfândega, datada do séc. XVIII, foi erguida na Ilha de Moçambique (cortesia: <http://www.almadeviajante.com>)

HJ: Acredito nos benefícios da prática de exercícios físicos embora entenda que o tempo é cada vez mais escasso, busco sempre materializar o esforço de sempre arranjar um “tempinho” para mim próprio, buscando, sempre que possível, ser positivo. Naturalmente que os excessos em tudo sempre são prejudiciais.

MV: Considera-se uma pessoa vaidosa ou com preferências peculiares?

HJ: Vaidoso como tal, nem tanto. Acredito que todos nós, de uma forma ou de outra, gostamos de algo específico; porém sou de opinião que não devemos ser obcecados, quanto mais simples, melhor!

MV: Estando cada vez mais a diluírem-se as fronteiras da tipicidade gastronómica Moçambicana, bem como os “sabores da terra” de que

pratos mais se orgulha de saber fazer?

HJ: Para ser sincero, não sei cozinhar nada em especial. Apesar de se dizer que “os melhores chefes de cozinha são homens”, eu acho que não tive o privilégio de ter esse dom. Gostava de saber... *porque não?* Sou mais de apreciar, degustar, tenho muita curiosidade nesta área, admiro e aprecio as especialidades culinárias das várias províncias do país assim como de fora do país, provo deste e daquele prato, dou palpites e comento sobre os diferentes sabores que conheço, mas cozinhar, cozinhar, nada!

MV: Volvidos sete anos de existência e dinamismo institucional permanente de uma forma geral, que avaliação faz da AT?

HJ: Não por ser membro desta família da AT, gostaria de dizer que a criação da AT foi, de facto, uma decisão bastante ousada por parte do governo. O caminho percorrido nos 7 anos de sua existência foi rápido, desafiante e, mais importante

ainda, mostrando sempre resultados. Não há dúvida que houve muitos medos, característicos de qualquer mudança. Talvez dizer – com todo o respeito – que deve ter sido das maiores “revoluções” pós independência, no aparelho do estado.

MV: Sendo o sector onde encontra-se afecto muito dinâmico no que refere a colecta de imposto, o que tem feito para superar a pressão do trabalho?

HJ: De facto, no meu caso pessoal, devido ao pouco tempo que tenho no posto, ainda não consegui identificar algo que me ajude a superar a pressão. Acredito que com tempo as coisas se vão ajeitando. Posso dizer que o facto de estar a trabalhar numa área em que gosto e de ter uma equipa de colegas colaboradores tem ajudado bastante.

MV: Assiste-se ao término de mais um ano. Naturalmente, projectos, metas, e expectativas, já exigem uma avaliação do nível de realizações. Algu-

ma situação em particular que se sentiria confortável em partilhar.

HJ: A nível profissional, estando um posto relativamente novo, tivemos bons resultados, uma vez que conseguimos em grande medida cumprir com as metas estabelecidas para 2013. O resultado foi o melhor possível, o que mostra que pouco a pouco vamos tendo o melhor controlo da situação da nossa área de jurisdição. Quanto às expectativas, dizer que esperamos que as melhorias sejam contínuas e que as pessoas visadas respondam melhor as nossas campanhas de educação fiscal e popularização de imposto. Gostaríamos de ter no mínimo todos operadores adstritos à nossa área de jurisdição a cumprirem voluntariamente com as

suas obrigações fiscais. O trabalho de equipa foi fundamental para a materialização dos nossos objectivos, tivemos que nos envolver todos e aprender a conviver para o mesmo objectivo, “colectar receita”. Em geral, a nível pessoal espero que no ano que se avizinha as coisas continuem a fluir normalmente ou mesmo ritmo que a minha vida conheceu no corrente ano, sem sobressaltos, sem contratempos, e com a maior parte dos obstáculos já superados. Estou positivo quanto ao ano de 2014.

MV: Algumas considerações finais...

HJ: Em termos profissionais, agradecer desde já o apoio dos colegas, tanto os que diariamente estão comigo aqui no posto assim como os diferentes colaboradores nos seus diversos locais de trabalho. A minha família em particular e aos nossos contribuintes, com quem “Juntos Fazemos Moçambique”. **MV**

Passatempo

Curiosidades

O cloreto de sódio, ou vulgarmente o Sal, possui mais de 10 mil usos conhecidos.

Em Paris há uma loja de *fast-food* da cadeia McDonald's cujo "M" é de cor branca. O motivo? Os franceses argumentaram que o amarelo lhes parecia muito vulgar...

Em 1879 foi introduzido nos Estados Unidos um novo método para tratar a dependência química da morfina. Era a cocaína.

Antes da Segunda Guerra Mundial, no diretório telefónico de Nova Iorque estavam registadas 22 ocorrências de apelido Hitler. No final da guerra, já não havia nenhum.

Em 1980, vários trabalhadores de um hospital em Las Vegas, EUA, foram suspensos por fazerem apostas baseadas no momento em que morreriam pacientes.

A base da Grande Pirâmide do Egipto tem uma área equivalente a 10 campos de futebol de onze.

Toda vez que o compositor clássico alemão Ludwig Von Beethoven se sentasse para escrever música, despejava um tina com água fria na sua cabeça.

O gigante informático Microsoft gasta mais tempo atendendo utilizadores com problemas, do que com a produção de novos programas.

Nada é tão simples como parece inicialmente (Kelly)

A experiência permite-nos reconhecer um erro sempre que o voltamos a fazer (Jones)

A experiência é aquilo que nos leva a cometer erros novos em vez dos antigos (Cannon)

É fácil ver o lado agradável dos problemas dos outros (McGuffin)

Murphologia para Problemáticas Gerais

É sempre fácil ver os dois lados de uma questão que não nos interesse particularmente (Beryl)

Nenhum problema é tão grande que não possa caber numa gaveta (Lei da Conceção dos Produtos)

Não podemos recuperar de um problema que não temos (Lei da Recuperação de Apple)

Um bom bode expiatório é tão bom quanto uma solução (Herman)

Não se preocupe com os seus inimigos. Serão seus amigos a enterrá-lo.

Quanto maior for a lei do Orçamento do Estado, mais curto será o debate.

Se quiser obter favores de um político, dê-lhe crédito por algo feito por outra pessoa (Leis da Política de Abourezk)

Humor

O advogado conseguiu provar a inocência do seu constituinte, acusado de roubo.

Após a sentença, vira-se para o cliente:

- Felicito-o...mas aqui para nós. Você roubou o dinheiro, não é verdade?

O cliente, com ar meditabundo, responde:

- Olhe, doutor, antes de ouvir a vossa brilhante defesa, eu tinha a certeza que sim...mas agora já não...

O Raimundo confia ao seu amigo íntimo:

- Estou muito aborrecido. Imagina tu que a minha mulher sonha alto toda a noite.

- Eish!...

- E todas noites repete a mesma coisa: Não, Carlão...não, Carlão!...

- Eu, no teu lugar, não estaria inquieto. O importante é que ela nunca diga: Sim, Carlão!...

Entre sogra e genro:

- Seu irmão é muito gentil: quando a sogra dele viaja, ele vai sempre até à estação despedir-se dela...

Responde o genro:

- O que ele é, é muito desconfiado. Se vai até à estação, é para ter a certeza que ela embarcou...

Dedicatória de Aniversário da nora: "Lembra-te, sogra, que já foste nora"



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601

E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132

Fax 21720133

E-mail: bmacamo@at.gov.mz

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Lemos Formiga

Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem: Haydin Joyce

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editora Executiva: Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; Ricardo Santos; Dionísio Munguambe e William Chiquele

Colaboradores: Orlando Macuácu, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Mucontó e Carlos Matlala

Revisão: Ricardo Santos

Fotografia: Ozias Ngomane, Ivan Gemuce e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade: Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria



Todos Juntos Fazemos Moçambique!